



O apoio financeiro das Fundações aos estudantes do ensino superior – avaliação do seu impacto na decisão de prosseguir estudos

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em
Gestão de Organizações de Economia Social.

Edite Cristina Marques Lourenço Duarte

Orientador: Professor Doutor Nuno Santos Jorge

outubro, 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que direta ou indiretamente me ajudaram na realização deste trabalho. Agradeço em particular:

Ao professor Nuno Jorge, meu orientador, pelo apoio e motivação que me deu ao longo deste percurso.

Às Fundações António Aleixo, Calouste Gulbenkian, Eugénio de Almeida e Fundação Rotária, pois sem a sua colaboração seria impossível concluir este estudo.

A todos os estudantes que se disponibilizaram a responder ao questionário.

Às colegas e amigas, Cátia, Cláudia e Sandra, cujo apoio e amizade sempre estiveram presentes.

À minha família, pais e irmã pelas palavras de incentivo.

Ao meu marido, companheiro e amigo com quem sempre posso contar nos momentos bons e menos bons da minha vida e que tanto me apoiou neste percurso.

Às minhas filhas, o meu maior orgulho, que sempre me motivaram e ajudaram a ultrapassar as dificuldades e a prosseguir com este trabalho.

A todos, o meu muito obrigado.

RESUMO

As medidas de apoio financeiro atribuídas pelas Organizações de Economia Social aos estudantes do ensino superior são de vital importância para estes estudantes e suas famílias. Numa pesquisa prévia, foi possível constatar que, em Portugal, não existem estudos sobre esta realidade e, portanto, esta investigação procura contribuir para o conhecimento sobre o impacto que estas medidas têm para os estudantes, na decisão de prosseguirem ou abandonarem os seus estudos.

Os dados empíricos deste estudo foram obtidos através da aplicação de um questionário a 230 estudantes que frequentam Instituições de Ensino Superior em Portugal e que beneficiaram destes apoios, concedidos pelas quatro Fundações que colaboraram no trabalho. Foram ainda realizadas três entrevistas aos responsáveis pela atribuição dos referidos apoios nas fundações, no sentido de aprofundar o conhecimento da temática em estudo.

Entre outras conclusões, os resultados sugerem que os tipos de apoios concedidos por estas organizações, referentes a bolsas de estudo, bolsas de investigação e prémios escolares, têm como objetivo principal apoiar na prossecução dos estudos, melhorando a formação do cidadão, premiando a excelência e estimulando a investigação.

Estes apoios são de toda a importância, devido à incapacidade das famílias para suportar a totalidade das despesas com a frequência do ensino superior, e o apoio do Estado é também insuficiente para fazer face aos custos totais que os estudantes suportam.

Neste contexto, o tema desta investigação enquadra-se no Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social, pois, são muitas vezes estas organizações, e em particular as fundações, que permitem reduzir este desajustamento entre a comparticipação do Estado e/ou das famílias e as despesas dos estudantes com a frequência do ensino superior, reduzindo as situações de carência económica, e permitindo a continuação dos estudos. O que este estudo permitiu concluir foi que, não fosse a bolsa paga pelas Fundações incluídas na amostra, grande percentagem dos inquiridos não teria possibilidade de continuar a estudar, pelo que este tipo de apoio se revela determinante na prossecução / conclusão dos estudos.

Palavras-chave: medidas de apoio; ensino superior; organizações de economia social, abandono dos estudos.

ABSTRACT

The financial support policies assigned by social economy organizations to students in higher education are vitally important to these students and their families. In a previous research, it was found that there are no studies on this reality in Portugal. Therefore, this investigation seeks to contribute to the understanding of the impact of these policies on the students and their decision to continue or abandon their education. The empirical data for this study was obtained through the application of a questionnaire to 230 students who attend higher education institutions in Portugal and benefited from support granted by the four foundations considered on this research. Three interviews were also conducted to responsible for allocating financial support in the foundations, in order to deepen the knowledge of the theme.

Among other conclusions, the results suggest that the support granted by these organizations, from scholarships and fellowships to scholar prizes, have as main objective to support the pursuit of studies, improving the formation of the citizens, rewarding excellence and stimulating research.

This support is of all importance due to the inability of families to cover all the costs of a higher education and the insufficiency of government policies.

In this context, the theme of this research falls within the Master Degree in Management of Social Economy Organisations, since these organizations, and in particular the foundations, are often responsible for reducing the mismatch between the government and families support and students' real expenses, allowing to reduce economical needs and enabling the continuation of studies. What this study allowed to conclude was that, if it was not for the financial support allocated by these foundations, a large percentage of respondents would not have the possibility to continue studying, thus, this kind of support has proven decisive in the continuation and conclusion of studies.

Keywords: financial support policies; higher education; social economy organizations, abandonment of studies.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	10
PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	13
1- ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL	13
1.1 - Medidas de Apoio no Ensino Superior	16
1.1.1 - Medidas de Apoio Públicas	16
1.1.2 - Outros Apoios	19
1.2 - Os Custos dos Estudantes com a frequência no Ensino Superior em Portugal.....	20
1.3 - Sucesso, Insucesso e Abandono no Ensino Superior em Portugal	24
2 - ECONOMIA SOCIAL	34
2.1 - Fundações.....	35
2.2 - Breve descrição das organizações participantes.....	37
2.2.1 - Fundação António Aleixo	37
2.2.2 - Fundação Calouste Gulbenkian	38
2.2.3 - Fundação Eugénio de Almeida.....	39
2.2.4 - Fundação Rotária Portuguesa	40
2.3 - Responsabilidade Social	41
2.3.1 - Responsabilidade Social nas Fundações	44
3 - PROBLEMÁTICA.....	47
3.1 - Hipóteses.....	49
PARTE II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	50
4 - METODOLOGIA	50
4.1 - Procedimentos.....	50
4.2 - Amostra	51
4.3 - Instrumentos de recolha de dados.....	52
5 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	55
5.1 - Entrevistas realizadas aos responsáveis das Organizações de Economia Social	55
5.1. - Discussão dos resultados apurados nas entrevistas realizadas.....	57
5.2 - Inquéritos realizados aos estudantes bolseiros	58
5.2.1 - Discussão dos resultados apurados nos inquéritos realizados aos estudantes	74
6 - CONCLUSÕES.....	80

6.1 - Principais conclusões	80
6.2 - Limitações do estudo e sugestões para investigação futura	82
BIBLIOGRAFIA.....	83
ANEXOS	90
Anexo 1 - Carta do Orientador a solicitar a colaboração na investigação.....	91
Anexo 2 - Carta de apresentação a solicitar a colaboração na investigação	92
Anexo 3 - Guião de entrevista.....	94
Anexo 4 - Questionário	95
Anexo 5 - Grelha de análise das entrevistas realizadas	99

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº 1 - Concelho de residência do agregado familiar	60
Tabela nº 2 - Instituição de Ensino Superior que frequenta ou frequentou.....	61
Tabela nº 3 - Área científica	62
Tabela nº 4 - Fundação pela qual recebe ou recebeu bolsa de estudo	63
Tabela nº 5 - Último ano em que recebeu bolsa.....	63
Tabela nº 6 - Forma como tiveram conhecimento da existência das bolsas de estudo pela Fundação	64
Tabela nº 7 - Estimativa das despesas mensais com a frequência do Ensino Superior.....	66
Tabela nº 8 - Despesas de Alojamento	67
Tabela nº 9- Despesas de Alimentação.....	67
Tabela nº 10 - Outras despesas mensais.....	69
Tabela nº 11 – Forma como asseguram/asseguravam as restantes despesas	70
Tabela nº 12 - Outra entidade por onde recebeu bolsa	71

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1 - Instituições que concedem bolsas de estudo.....	20
Figura nº 2 - Custos dos estudantes do ensino superior Português (2010/11).....	22
Figura nº 3 - Distribuição dos custos de educação e dos custos de vida	23
Figura nº 4 - Composição socioeconómica dos estudantes	24
Figura nº 5 – Situação dos alunos 4 anos após o seu ingresso numa licenciatura de 3 anos (desde 2011/12).....	27
Figura nº 6 - Situação após 4 anos dos alunos que ingressaram em licenciaturas de 3 anos, por subsistema de ensino	28
Figura nº 7 – Situação após 4 anos dos alunos que ingressaram em licenciaturas de 3 anos, por regime de ingresso – ensino superior público	29
Figura nº 8 – Situação após 4 anos dos alunos que ingressaram em licenciaturas de 3 anos, por nota de ingresso – ensino superior público.....	30
Figura nº 9 - Principais resultados da CSES, por grupo de entidades.....	35
Figura nº 10 – Pirâmide de RSE segundo Carroll (1991)	42
Figura nº 11 - Distribuição dos estudantes por género.....	59
Figura nº 12 – Distribuição dos estudantes por idade	59
Figura nº 13 - Área Científica	62
Figura nº 14 – Informação sobre se à data de aplicação do inquérito eram ou não bolsеiros.....	64
Figura nº 15 – Opinião sobre os critérios definidos pela fundação para atribuição da bolsa de estudo	65
Figura nº 16 - Despesas de propinas.....	66
Figura nº 17 – Despesas com transportes	68
Figura nº 18 – Despesas com livros e material escolar.....	68
Figura nº 19 – Percentagem do valor da bolsa atribuída pela Fundação no total das despesas com os estudos	69
Figura nº 20 – Beneficia ou beneficiou de outras bolsas	70
Figura nº 21 – Comparação entre o valor da bolsa atribuída pela Fundação e a outra bolsa.....	71
Figura nº 22 – Importância do apoio atribuído pela Fundação.....	72
Figura nº 23 – Nível de motivação que a bolsa providencia	72
Figura nº 24 – Possibilidade de se manter a estudar sem a bolsa atribuída pela fundação.....	73
Figura nº 25 - Bolsa atribuída pela Fundação determinante para a prossecução/conclusão dos estudos?.....	73

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CESTES – Custos dos Estudantes do Ensino Superior
CNE – Conselho Nacional de Educação
CRP – Constituição da República Portuguesa
CSES - Conta Satélite da Economia Social
DGEEC – Direção Geral de Estatística e Educação e Ciência
DGES – Direção Geral do Ensino Superior
ES – Economia Social
FAUP – Federação Académica da Universidade do Porto
FEA – Fundação Eugénio de Almeida
FRP – Fundação Rotária Portuguesa
H - Hipóteses
IES – Instituições de Ensino Superior
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
OES – Organizações de Economia Social
ORSIES - Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior
PALOPS – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
RSE – Responsabilidade Social das Empresas
UAE – Unidades de Atividade Económica
UE – Universidade de Évora
VAB – Valor Acrescentado Bruto

INTRODUÇÃO

A acessibilidade ao ensino superior pode ser vista, subjetivamente, por dois ângulos. Um que diz respeito à capacidade genérica para frequentar o ensino superior, e outro que perspetiva a capacidade financeira de pagar os custos inerentes à frequência do ensino superior (Cerdeira, 2017).

A acessibilidade refere-se à capacidade que os indivíduos de qualquer origem social têm para obter a educação que desejam. Em consequência, a acessibilidade encontra-se fortemente ligada às questões da igualdade de oportunidades, da equidade e da estratificação social como referem, entre outros, Usher & Steele (2006).

Na prática, a capacidade financeira de pagar os estudos é devedora das condições sociais, económicas e financeiras dos estudantes e dos apoios sociais que lhes forem prestados, já que a capacidade para pagar os estudos depende, fundamentalmente, da natureza das fontes de rendimento e respetivos montantes (Cerdeira, 2017).

Segundo a mesma autora, os estudantes portugueses encontram-se numa situação pouco favorável no que respeita ao grau de acessibilidade financeira (e à capacidade de pagar os estudos), facto que configura algumas dificuldades no acesso e capacidade de frequência dos portugueses ao ensino superior.

Nessa perspetiva, conclui que o ensino superior em Portugal é, indubitavelmente, um ensino superior para elites e que esse processo de elitização se tem vindo a agravar. É notório o crescimento do estrato de maiores rendimentos no conjunto da população estudantil, muito especialmente a partir da década de 2010. Simultaneamente, e a partir da mesma data, assiste-se a um fortíssimo esmagamento da “classe média” que recuperou, muito superficialmente, de 2010/11 para 2015/16. Esta é uma das consequências mais notórias da crise económica e financeira que o país vivenciou nos últimos anos e de que resultaram políticas de extrema austeridade impostas pelo Fundo Monetário Internacional, União Europeia e Banco Central Europeu, decorrentes de um pedido de resgate do país a essas organizações internacionais, até finais de 2015.

De facto, decorrente das políticas de austeridade impostas, assistiu-se a uma quebra brutal dos rendimentos do trabalho em geral, que afetou diretamente a “classe média”, ao mesmo tempo que reforçou o fosso entre os mais ricos e os mais pobres do país. Simultaneamente, assiste-se ao longo de todo o período, desde 1995, a um aumento da proporção de estudantes originários dos estratos mais pobres na população estudantil, sendo que esse reforço foi pouco significativo entre 1995 e 2005, crescendo fortemente a partir de 2010 como consequência da passagem de uma boa parte das famílias da classe média para a classe baixa (Cerdeira, 2017).

Na era da globalização e da concorrência como virtude principal dos mercados, tal como é aceite hoje em dia, os Estados são cada vez mais incapazes de acudir a todas as necessidades sociais que se apresentam aos indivíduos (Caeiro, 2008).

Segundo Cerdeira (2008), o nosso país sofre de uma acentuada fragilidade no apoio social prestado aos estudantes, porquanto o conjunto dos apoios concedidos pelo governo apenas representava 18% do total dos custos no ano letivo 2004/05.

Em face do atual desenvolvimento da sociedade, a economia social apresenta uma importância decisiva na promoção da justiça social e da equidade (Caeiro, 2008). Um dos indicadores dessa justiça social e equidade é o nível de abandono escolar, e são vários os fatores que o podem influenciar, concretamente, no ensino superior. Segundo Frazão (2011), existem vários motivos que conduzem ao abandono académico, mas as dificuldades financeiras são talvez o de maior importância e, sem dúvida, o mais citado, quer pelos estudantes que abandonaram o ensino, quer pelos que (ainda) não abandonaram.

Neste contexto, a elaboração desta investigação constitui um contributo para conhecer o impacto das medidas de apoio atribuídas pelas organizações de economia social aos estudantes do ensino superior, na decisão de prosseguir ou abandonar os seus estudos.

Neste sentido, colocam-se as seguintes questões de investigação:

- Qual a importância dos apoios concedidos pelas organizações de economia social aos estudantes do ensino superior, na prossecução/conclusão dos seus estudos?
- Sem estes apoios, será possível aos estudantes prosseguir/concluir os seus estudos?
- Qual a perceção que as organizações de economia social que atribuem esses apoios têm sobre a sua importância para os estudantes?

Partindo destas questões, foram estabelecidos os seguintes objetivos de investigação:

- Perceber em que medida os apoios concedidos pelas organizações de economia social contribuíram para que os estudantes pudessem frequentar/concluir os seus estudos;
- Analisar de que forma estes apoios foram determinantes para a frequência / conclusão dos estudos;
- Apurar os custos dos estudantes com a frequência do ensino superior;
- Perceber até que ponto as organizações de economia social têm a perceção da importância que estes apoios têm para os estudantes;
- Identificar de que forma são atribuídos estes apoios, em função do orçamento da organização;

Para a concretização destes objetivos, recorreu-se a um estudo quantitativo e qualitativo, com uma amostra não probabilística por conveniência, constituída por duzentos e trinta estudantes e quatro Fundações (representadas por membros das suas direções).

A presente dissertação é constituída por duas partes. A primeira parte é referente ao enquadramento teórico e a segunda parte à investigação empírica.

Na primeira parte é abordado o ensino superior em Portugal, as medidas de apoios públicas e outras medidas, bem como os custos dos estudantes com a frequência do ensino superior em Portugal. Ainda dentro da mesma temática, é abordado o sucesso, insucesso e abandono no ensino superior em Portugal.

É também contemplado o tema da economia social, onde se faz uma pequena abordagem às fundações e ainda uma breve descrição das organizações participantes. Esta primeira parte é também dedicada, à responsabilidade social e à responsabilidade social nas fundações, terminando com a problemática, onde são também apresentadas as hipóteses.

A segunda parte, referente à investigação empírica e metodologia, é onde se definem os procedimentos, se apresenta a amostra e os instrumentos de recolha de dados.

Seguidamente apresentam-se e discutem-se os resultados desta investigação.

O trabalho finaliza com as conclusões, onde são também apresentadas as limitações do estudo e sugestões para investigações futuras.

PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1- ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

O sistema de Ensino Superior em Portugal, apesar de alguma intervenção pública, só depois da revolução do 25 de abril, em 1974, sofre grandes transformações (Neves, 1994).

Até lá, só tinham acesso ao ensino superior, os estudantes provenientes de estratos sociais e económicos favorecidos. Em 1960, a população portuguesa com um nível de instrução correspondente ao Ensino Superior completo não atingia 1% dos residentes com 20 ou mais anos (Rosa & Chitas, 2010).

Até ao início dos anos 70, existia o ensino médio e o ensino universitário. Existiam quatro Universidades Públicas (Coimbra, Lisboa, Porto e Universidade Técnica de Lisboa) e o ensino superior militar (Arroteia, 1996 e 2002).

O ensino superior politécnico, criado em finais dos anos 70, só no decurso da década seguinte entra em funcionamento e expansão (Arroteia, 1996 e 2002).

Após a revolução do 25 de abril, o acesso à educação democratizou-se, deixando de ser apenas privilégio de alguns, passando a ser acessível a todos, independentemente da condição socioeconómica ou do género (Arroteia, 1996).

O Estado procurou criar condições para que todos os cidadãos tivessem igualdade de oportunidades no acesso à educação, ficando esse direito consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP, 1976).

Neste período, assiste-se a uma mudança de mentalidades, em que a sociedade portuguesa tomou consciência das vantagens da formação superior, por razões de “mobilidade social” e da necessidade de modernização e de mão-de-obra qualificada.

Perante esta realidade, houve que dotar o sistema de uma rede de estabelecimentos capaz de responder à expansão massiva do acesso e do aumento da frequência do ensino superior.

O processo de expansão inicia-se fundamentalmente na década de 60 e prolonga-se até à segunda metade da década de 90 (Castro et al., 2010).

Pode definir-se três momentos na evolução do ensino superior em Portugal: um primeiro momento, até 1976, caracterizado pela forte expansão do ensino superior; um segundo momento, de 1977 até 1986, marcado pela contenção do acesso ao ensino superior, com a generalização do *numerus clausus* em 1977, e conseqüentemente abrandamento do ritmo de crescimento; e um terceiro momento, englobando os anos finais da década de 80 e a primeira metade dos anos 90, caracterizado pela emergência de um ensino

superior de massas, associado a uma diversificação e importantes mudanças neste campo (Castro et al, 2010).

O processo de evolução do sistema de ensino superior português, à semelhança de outros países, caracterizou-se pela sua diversificação institucional, com a implementação de um sistema binário de ensino superior composto por universidades e institutos politécnicos (Castro et al.,2010).

A estrutura binária é definida em 1986 com a Lei de Bases do Sistema Educativo e, em 1995, os estudantes do ensino politécnico representavam já 26,4% dos estudantes do ensino superior.

A expansão do setor privado de ensino superior ocorre também a partir da segunda metade dos anos 80 e primeira metade da década de 90, observando-se a passagem de um setor privado periférico para um setor privado de massas (Castro et al., 2010).

A criação de novas instituições de ensino e investigação nos principais centros urbanos, principalmente nas capitais de distrito, melhorou o acesso dos estudantes, sobretudo dos que tinham maiores dificuldades económicas.

A importância da dimensão social, bem como a igualdade de oportunidades no ensino superior relativamente ao acesso e conclusão dos estudos, veio também a ser reforçada no âmbito do processo de Bolonha (Castro et al.,2010).

A implementação do processo de Bolonha trouxe profundas reestruturações no sistema. Entre 2005 e 2009, durante o mandato do XVII Governo, a reforma do sistema educativo insere-se no movimento europeu de modernização do ensino superior. Tendo por base o quadro definido pela estratégia de Lisboa, apresentava como principais finalidades para o ensino superior: garantir a qualificação dos portugueses no espaço Europeu, concretizando o processo de Bolonha, reforçar um sistema de ensino superior com instituições autónomas, facilitando a reforma do sistema de governo das instituições, promover um sistema nacional de garantia de qualidade e promover o acesso e a igualdade de oportunidades (Castro et al.,2010).

O aumento da participação no ensino superior apresentava-se como uma prioridade, atendendo à importância deste nível de ensino para o crescimento económico, inovação e competitividade, seguindo as recomendações da Comissão Europeia e da OCDE.

Em 2005, na sequência da redução da procura do ensino superior, são delineadas, no nosso país, várias medidas, com o objetivo de fomentar a participação de novos públicos (Castro et al.,2010).

Segundo um estudo do Conselho Nacional de Educação (2011), o aumento de cursos de formação pós-graduada, as alterações nas regras de acesso a outro tipo de estudantes e o aumento de cursos de especialização tecnológica, são algumas dessas medidas.

Também a alteração no regime de acesso, nos concursos especiais de acesso, diminuindo a idade de 25 para 23 anos, conferindo à instituição de ensino superior autonomia nos processos de seleção, fez com que aumentasse o número de estudantes que ingressaram por esta via.

A mudança formou-se através de alterações estruturais na legislação que enquadra as instituições de ensino superior, das quais fazem parte as alterações introduzidas na Lei de bases do sistema educativo, por força da adequação ao processo de Bolonha, em 2005.

Ainda segundo o mesmo estudo, este processo, através do estabelecimento do Espaço Europeu de ensino superior, baseia-se na nova organização deste grau de ensino em três ciclos de estudo, visando melhorar a qualidade e relevância das formações oferecidas, fomentar a mobilidade dos estudantes e diplomados e a internacionalização das formações, recorrendo à adoção do sistema europeu de créditos curriculares (ECTS), baseado no trabalho dos estudantes. Pretendeu conduzir a uma mudança do modelo de ensino, que se caracterizava por um modelo de transmissão de conhecimentos para um modelo baseado nas competências face aos objetivos de aprendizagem.

Esta centralidade do estudante torna-o elemento ativo no processo de aprendizagem, que se pressupõe acontecer ao longo da vida.

Por outro lado, a promoção dos princípios de comparabilidade, transparência e de elegibilidade dos sistemas europeus de ensino superior, visava o aumento da mobilidade de estudantes entre as instituições de ensino superior e de graduados, no âmbito das instituições de ensino superior e do mercado de trabalho europeu.

Ao processo de Bolonha sucedeu-se a regulamentação de graus e diplomas, em 2006, a publicação do novo Regime Jurídico das instituições de ensino superior, em 2007, e as reformulações dos estatutos das carreiras de professores dos ensinos universitários e politécnico, em 2009.

Em 2010, é celebrado um contrato de confiança entre o governo e as instituições do setor, no qual ambas as partes se comprometem a dar o seu contributo na realização do programa de desenvolvimento do ensino superior para 2010-2014. O compromisso assumido previa a qualificação de mais de 100 mil ativos ao longo desses quatro anos. Estas transformações inserem-se no processo de construção do espaço europeu de ensino superior, o qual deverá constituir um importante fator de desenvolvimento económico e de coesão social da Europa, tendo em conta os objetivos da estratégia 2020.

De acordo com os dados divulgados na página da DGES (Direção Geral do Ensino Superior), no ano letivo 2015/16 existiam 346 347 estudantes inscritos no ensino superior.

Em 2017 existiam 36 instituições públicas de ensino superior, 80 estabelecimentos privados e 4973 cursos registados.

1.1 - Medidas de Apoio no Ensino Superior

Em Portugal, a partir da revolução do 25 de abril, em 1974, com a democratização do acesso ao ensino superior, a base social de origem dos estudantes alterou-se profundamente. Passaram a ter acesso ao ensino superior os estudantes provenientes de famílias com menos recursos económicos.

Na Constituição da República Portuguesa (1976), no art.º 13º, a igualdade constitui um dos princípios fundamentais, segundo o qual “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”, “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”.

No seu artº 74º, a Constituição da República Portuguesa refere que todos têm direito ao ensino com garantia do direito de igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Segundo Jerónimo (2010), relativamente ao ensino superior, devemos falar de igualdade de oportunidades no acesso àquele sistema de ensino, mas também da igualdade de oportunidades de permanência e sucesso dos estudantes nesse nível de ensino.

O ensino superior em Portugal, segundo Cerdeira (2008) não é gratuito: os custos de um estudante neste nível de ensino são suportados pelo próprio (através do pagamento de propinas) e pelo Estado. Estas questões de equidade, relativas ao acesso e permanência de estudantes no ensino superior deverão ser resolvidas mediante uma alteração da política de financiamento da ação social.

1.1.1 - Medidas de Apoio Públicas

O sistema de apoio social aos estudantes do ensino superior português é constituído por um conjunto de apoios diretos e indiretos. Este sistema tem desempenhado um papel relevante na expansão do sistema de ensino superior e na sua acessibilidade, procurando-se com ele diminuir as dificuldades financeiras dos estudantes provindos dos meios mais carenciados (Cerdeira, 2008).

A ação social é uma das garantias para a concretização do direito universal à educação. No ensino superior, tem por objetivo proporcionar aos estudantes melhores condições de estudo, mediante a prestação de serviços, denominada ação social indireta e a concessão de apoios financeiros, ação social direta.

É também um pilar essencial para o processo de mobilidade social, garantindo aos estudantes provenientes de contextos económicos mais desfavorecidos as condições mínimas para terminar com sucesso a sua formação.

De acordo com um estudo elaborado pela Federação Académica do Porto (2015), o quadro regulamentar que rege o processo de atribuição de bolsas de estudo, desde 1977, foi alterado 27 vezes, o que prova a intensidade com que se debatem as questões da ação social.

As atuais bases legais da ação social resultam da conjugação das disposições constantes no Decreto-Lei nº 129/93, de 22 de abril, na Lei nº 37/2003 de 22 de agosto (que estabelece as bases de financiamento do ensino superior) e na Lei nº 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior).

Desde 1993 até hoje, o sistema expandiu-se e consolidou-se, tornando-se mais abrangente no número de beneficiários, acomodando mais estudantes e servindo mais e melhor alimentação, investindo no desporto e tornando-se imagem de qualidade em muitas instituições de ensino superior público.

Apesar da importância do Decreto-Lei nº 129/93, de 22 de abril, a atribuição de bolsas de estudo não se inicia apenas nesta altura. Anteriormente, já existia um sistema de atribuição de bolsas de estudo e outros apoios prestados pelos serviços sociais, embora fosse um sistema incapaz de dar resposta às necessidades de um sistema mais alargado, diversificado e com estudantes provenientes de famílias com menores recursos.

Após a publicação daquele diploma, o número de bolseiros aumentou quase 6 vezes, em menos de 25 anos, passando de 10943 beneficiários em 1990/91, para 63289 em 2014/15.

Em 2017/18, segundo dados divulgados na página da DGES, candidataram-se a bolsa de estudo, 96176 estudantes, sendo o valor da bolsa média anual, 1807 euros.

A percentagem dos estudantes bolseiros foi sempre mais elevada no ensino superior público, quando comparado com o ensino superior privado.

Ainda de acordo com o estudo da FAUP, no ensino superior público, a percentagem de estudantes bolseiros é maior nas instituições de ensino politécnico, do que nas universidades, o que confirma a perceção de que a rede politécnica absorve estudantes com maiores carências económicas.

Atualmente, a atribuição de bolsas de estudo é regulada pelo Despacho nº 8442-A/2012, (2ª série) de 22 de junho e declaração de retificação nº 1051/2012 (2ª série) de 14 de agosto, que revogou o Regulamento de Bolsas de Estudo vigente e aprovou o atual Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo. Este Regulamento foi atualizado pelo Despacho nº 627/2014 de 14 de janeiro, pelo Despacho nº 10973-D/2014 (2ª série) de 27 de agosto, pelo Despacho nº 7031-B/2015 (2ª série) de 24 de junho e pelo Despacho nº 5404/2017 (2ª série) de 21 de junho.

Para além das medidas de apoio já mencionadas, existem outros tipos de apoios a estudantes que frequentam o ensino superior e que se encontram divulgadas na página eletrónica da DGES - o Programa + Superior e o Programa Retomar.

O **Programa +Superior** é uma medida que visa incentivar e apoiar a frequência do ensino superior em regiões do país com menor procura e menor pressão demográfica por estudantes economicamente carenciados que residem habitualmente noutras regiões.

Este programa procura contribuir para a coesão territorial, através da fixação de jovens e para a prossecução das metas do Portugal 2020, relativamente ao número de jovens com formação superior.

O **Programa Retomar** é uma medida que se insere no Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem (PNI-GJ), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013, de 31 de dezembro.

O Programa Retomar tem como principais objetivos:

- Permitir o regresso à educação e formação, em contexto de ensino superior, de estudantes que pretendam completar formações anteriormente iniciadas ou realizar uma formação diferente, nomeadamente incentivando o regresso de antigos estudantes que abandonaram o ciclo de estudos antes da sua conclusão;
- Combater o abandono escolar no ensino superior, tendo presente critérios de utilidade social e empregabilidade;
- Promover a qualificação superior de jovens que não estão nem a trabalhar, nem inseridos em percursos de educação ou formação (jovens NEET),

Existem ainda as **bolsas de estudo por mérito**, que são atribuídas pelos estabelecimentos de Ensino Superior Público e Privado, aos estudantes com aproveitamento excecional, independentemente dos seus rendimentos, de acordo com

o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo por Mérito a Estudantes de Instituições de Ensino Superior.

Outra forma de apoio são as **bolsas de estudo para frequência do ensino superior de estudantes com incapacidade igual ou superior a 60%**. Aprovado pelo Despacho nº 8584/2017, de 29 de setembro, este apoio permite que os estudantes elegíveis solicitem a concessão de uma bolsa de estudo correspondente ao valor da propina efetivamente paga.

Existem, ainda, algumas **Câmaras Municipais** que atribuem bolsas de estudo ou outros benefícios sociais a estudantes do Ensino Superior.

O direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, consagrado na legislação portuguesa (artº 261º da Constituição e artº 64º nº 4 alínea c) da Lei nº 169/99, de 18 de setembro), constitui um objetivo fundamental da política educativa que as autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, ajudam a concretizar.

1.1.2 - Outros Apoios

De acordo com informação disponível na página eletrónica da DGES, os estudantes do Ensino Superior podem recorrer a outros apoios, para além dos concedidos no âmbito do Sistema de Ação Social do Ensino Superior, como bolsas de estudo, ajudas financeiras ou outros tipos de incentivos, que são disponibilizados tanto por entidades públicas como privadas, com vista ao desenvolvimento das dimensões educativa, social, profissional e científica do país.

A DGES apresenta uma lista de instituições que concedem bolsas, chamando a atenção para o facto de existirem outras entidades que não constam da referida lista e que também proporcionam apoio a estudantes do ensino superior:

Figura nº 1 – Instituições que concedem bolsas de estudo

Nome da Instituição	Página WEB
Fundação para a Ciência e Tecnologia	http://www.fct.pt
Instituto Camões	http://www.instituto-camoes.pt/
Comissão Fulbright	http://www.ccla.pt/
Fundação Luso-Americana	http://www.flad.pt/
Fundação do Oriente	http://www.foriente.pt/
Embaixada da República Federal da Alemanha	http://www.lissabon.diplo.de/Vertretung/lissabon/pt/Startseite.html
Fundação Calouste Gulbenkian	http://gulbenkian.pt/
Fundação Cidade de Lisboa	http://www.fundacaocidadedelisboa.pt/
Fundação Eugénio de Almeida	http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/
Fundação Rotária Portuguesa	http://www.rotaryportugal.pt
Associação Duarte Tarré	http://www.adtarre.pt/
ANA	http://www.ana.pt/pt
Sonangol	http://academia.sonangol.co.ao/
Fundação Caixa Agrícola do Noroeste	http://www.fundacaocaixaagricoladonoroste.pt/
Caixa de Crédito Agrícola do Vale do Távora e Douro	http://fundacaovtd.pt/
Fundação António Aleixo	http://www.fundacaoantonioaleixo.com/
Fundação Millennium BCP	http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/fundacao/Pages/fundacao.aspx

Fonte: DGES (<http://www.dges.gov.pt>)

Para além das medidas de apoio referidas anteriormente, os estudantes também podem recorrer a **empréstimos bancários** específicos, que segundo o jornal online “Observador” (20/07/2016) podem variar entre mil e cinco mil euros por ano.

Os empréstimos são concedidos sem necessidade de recorrer a avales e garantias patrimoniais, beneficiando de uma taxa de juro mínima, com um spread máximo de 1% (de acordo com a página eletrónica da Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário). Os estudantes terão de fazer o reembolso do empréstimo entre seis a dez anos após a conclusão do curso, mas podem usufruir de, pelo menos, um ano de carência.

1.2 - Os Custos dos Estudantes com a frequência no Ensino Superior em Portugal

A questão da equidade no acesso ao ensino superior, segundo Cerdeira (2008), é uma questão central na definição das políticas de financiamento, reconhecendo-se em geral a necessidade de promover a equidade no acesso e, em particular na ultrapassagem das barreiras financeiras que entravam a frequência do ensino superior.

Ainda de acordo com a mesma autora, a acessibilidade do ensino superior pode, pois, ser vista, de dois ângulos. Um que diz respeito à capacidade genérica para frequentar o ensino superior, e outro que perspetiva a capacidade financeira de pagar os custos inerentes à frequência de ensino superior.

Nos primeiros anos da década de 1990, os governos introduziram novos mecanismos de financiamento, através de políticas que apontaram para a participação dos estudantes nos custos da educação, com a introdução de propinas no ensino público. A mesma autora defende que, em Portugal, a partilha de custos tem vindo a apresentar a tendência de a contribuição dos estudantes e das suas famílias ter cada vez maior peso no cômputo global, ao mesmo tempo que se assiste à diminuição da contribuição do Orçamento de Estado e também a uma maior contribuição das receitas próprias das instituições do ensino superior.

Patrocínio (2017), numa comunicação sobre como os estudantes do ensino superior português avaliam os seus custos, no âmbito do projeto CESTES 2 – Custo dos estudantes do ensino superior – projeto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, refere que apesar de o ensino superior português ter registado uma evolução notável, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos, desde o 25 de abril de 1974, os estudos no âmbito do seu financiamento não abundam. Esta temática foi estudada desde meados da década de 1990, de forma mais relevante, com a aplicação de três inquéritos por questionário a três amostras representativas dos estudantes do ensino superior, respetivamente:

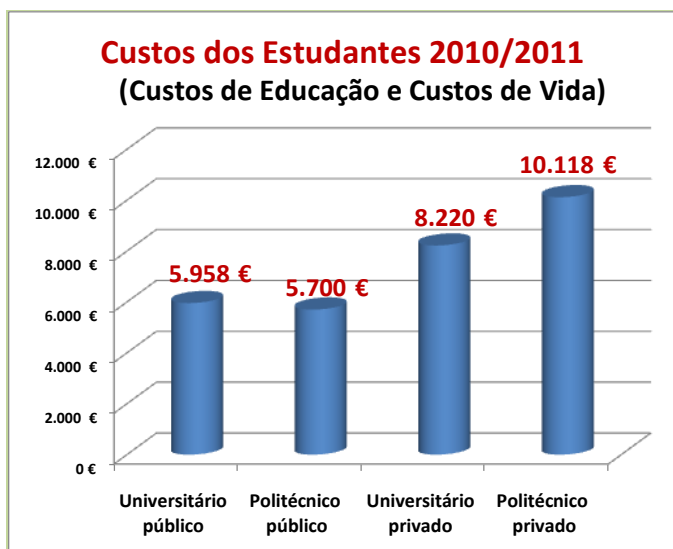
- em 1994/1995, por Cabrito (2000), no âmbito da sua dissertação de doutoramento, publicada em 2002;
- em 2004/05, por Cerdeira (2008), também no âmbito da sua investigação de doutoramento;
- em 2010/11, por Cerdeira et al.(2012), no âmbito do já referido projeto CESTES 1 – Custo dos estudantes do ensino superior.

Este último estudo tinha como principais objetivos, caracterizar a condição socioeconómica dos estudantes do ensino superior, recolher dados sobre os custos de educação e de vida que os estudantes enfrentam durante a frequência do ensino superior e conhecer a influência e o impacto do tipo de instituição, curso, área científica e região no valor dos custos.

As conclusões deste estudo, segundo Patrocínio (2017), apontam para um valor médio anual de custo total (custo de educação e custo de vida) de 6510 Euros. Este foi o valor que, em média, cada estudante do ensino superior português enfrentou no ano de 2010/11, o que representa um aumento de 6% em relação aos valores de 2004/05 (6127 Euros).

No entanto, no que respeita aos custos por tipo de ensino, estes variam de forma significativa, como pode ser observado no gráfico seguinte. Os dados apontam para níveis diferenciados de custos, que estão relacionados com os diferentes valores das propinas, nos diferentes tipos de ensino.

Figura nº 2 - Custos dos estudantes do ensino superior Português (2010/11)



Fonte: Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012

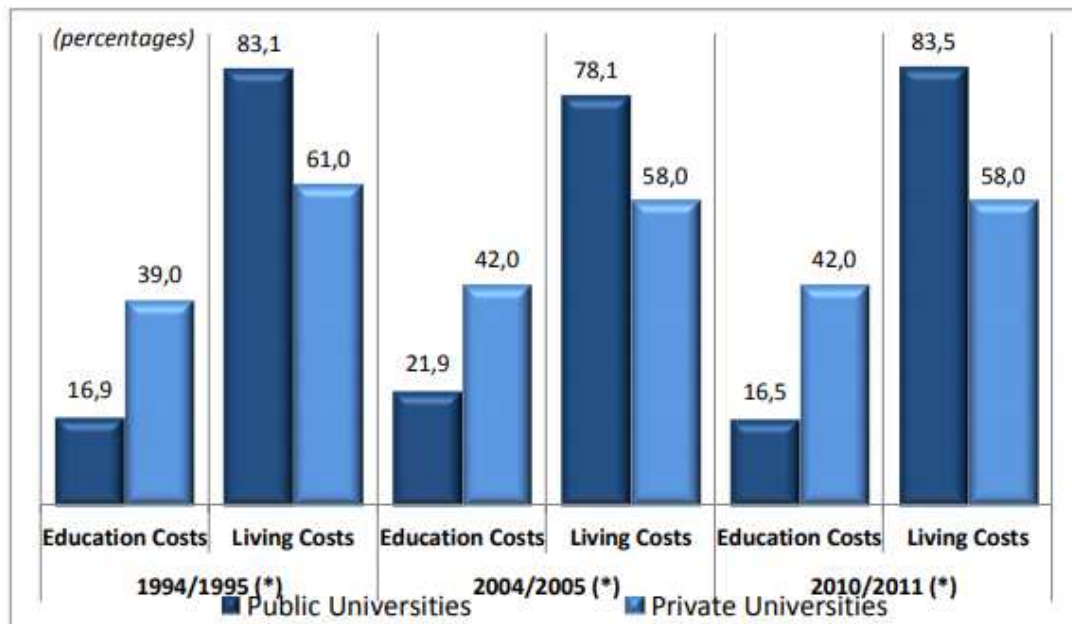
Adicionalmente, pode-se indicar que há uma diminuição dos estudantes com apoios de bolsas de estudo, dado que em 2004/05 cerca de 35% dos estudantes eram bolseiros, enquanto em 2010/11 esse valor baixa para apenas 29%.

Este resultado está de acordo com as alterações introduzidas na política de apoio social, que desde o ano de 2010/11 resultou numa diminuição acentuada do número de bolseiros, colocando o problema da acessibilidade e da equidade do ensino superior em Portugal.

Em relação aos custos de educação e aos custos de vida, é de assinalar que se mantém uma tendência para que os custos de educação tenham um peso menor do que os custos de vida, quer no ensino público quer no privado, mas os custos de educação são sempre mais elevados para os estudantes do ensino privado, justamente por enfrentarem um custo de propinas mais elevado do que no ensino público. O resultado dos três questionários aplicados mostra essa situação, com variações que não se podem considerar significativas.

Figura nº 3 - Distribuição dos custos de educação e dos custos de vida

Fonte: Cerdeira al., 2012

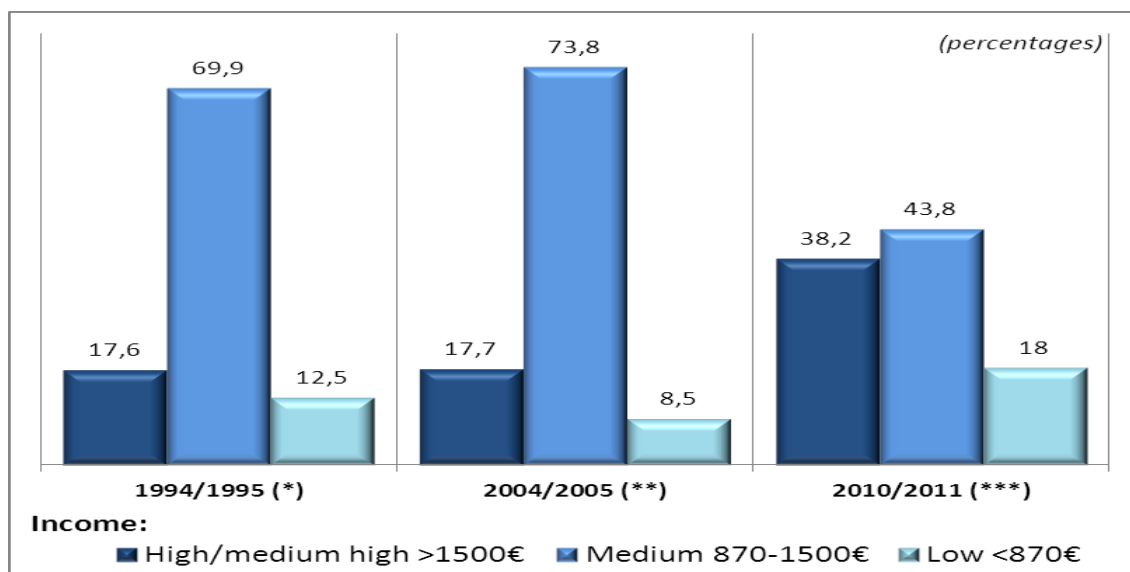


No que diz respeito à composição socioeconómica dos estudantes (ver gráfico seguinte), ocorre em simultâneo uma mudança acentuada nas respostas dos estudantes, ao nível de rendimento do seu agregado familiar.

Há uma percentagem muito mais alargada de estudantes a indicar que provêm de famílias com “rendimento alto e médio alto” em 2010/11 do que o ocorrido em 2004/05 (em 2010/11, 38% dos estudantes auto classificaram-se nesta categoria, enquanto que em 2004/05 esse valor era de cerca de 18%).

Há uma baixa acentuadíssima de “rendimentos médios”, que era o grupo mais significativo dos estudantes, atingindo cerca de 74% em 2004/05 e que passa para 44%, aproximadamente. Há aqui uma clara diminuição da percentagem de estudantes provenientes da classe média, o que resulta da crise financeira e das políticas económicas seguidas em Portugal.

Figura nº 4 - Composição socioeconómica dos estudantes



Fonte: (*) Cabrito, 2002. (**) Cerdeira, 2009. (***) CESTES – Cerdeira et al., 2012

Patrocínio (2017) conclui que, no período estudado, há uma clara tendência de elitização do ensino superior, o que sugere a necessidade de surgirem políticas que valorizem mecanismos promotores de uma maior equidade, nomeadamente no âmbito da ação social. Com efeito, as dificuldades dos estudantes resultam dos aumentos de valor das propinas e da diminuição do valor das bolsas, sendo tal situação agravada no contexto da crise financeira, com o aumento de impostos para todas as famílias.

1.3– Sucesso, Insucesso e Abandono no Ensino Superior em Portugal

De acordo com Mendes et al. (2010), nas últimas décadas o sistema de ensino superior português sofreu profundas mudanças, de cariz quantitativo e qualitativo, pautando-se por uma massificação e por uma democratização quantitativa. Estas tendências estruturais não implicaram, contudo, uma democratização qualitativa do sistema educativo. Isto é, um maior acesso de todos à educação, possibilitada por políticas de aumento de oferta educativa ou de diminuição de obstáculos de acesso a níveis mais elevados de ensino, não esteve associado a um processo de democratização uniforme. A massificação do sistema de ensino superior em Portugal beneficiou todos os grupos e classes sociais, estabilizando os desvios sociais, ou originando até com o agravamento das desigualdades sociais, uma democratização segregativa.

Ferreira e Fernandes (2015) defendem que, em Portugal, o acesso de diferentes públicos ao ensino superior colocou às instituições do ensino superior (IES) novos desafios e novas responsabilidades, designadamente de a todos garantir condições de

igualdade de oportunidades de permanência e de sucesso académico. Estes desafios foram, sobretudo nos últimos anos, mais difíceis de concretizar, nomeadamente pela crise económica que o país e a Europa atravessaram e pelas mudanças associadas ao Processo de Bolonha.

Ainda segundo Mendes et al. (2016), as alterações do figurino institucional e do enquadramento legal do ensino superior em Portugal consubstanciaram a consolidação de um modelo de gestão empresarial diretamente tutelado pelo Estado e alinhado com os ditames das instâncias internacionais. O processo de Bolonha permitiu o reajustamento curricular da oferta educativa de nível superior, assente no primado das competências e da aprendizagem, salientando o papel essencial da aprendizagem ativa do estudante e implicando o desenvolvimento de novas metodologias de ensino. O processo de Bolonha também consagrou a institucionalização dos três níveis de ensino, licenciatura, mestrado e doutoramento, e uma conseqüente reformulação das expectativas dos alunos e dos empregadores quanto ao valor dos diferentes graus académicos e o seu impacto nos processos simbólicos, materiais e culturais associados. É neste contexto de grandes mudanças que o abandono no ensino superior tem vindo a ganhar maior visibilidade política e social e tem, igualmente, constituído objeto de reflexão por parte da comunidade científica e das instituições do ensino superior.

Ferreira e Fernandes (2015) referem que o abandono no ensino superior constitui um fenómeno com visibilidade crescente e tem sido alvo de estudos e reflexões, tanto por parte dos governantes e da IES, como dos investigadores das ciências sociais e humanas e das ciências da educação.

De acordo com as mesmas autoras, no que respeita às demandas políticas, já em 1999, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior comprovava a relevância da questão do abandono, ao solicitar às universidades através do Despacho 6659/99, II Série, a realização de estudos que permitissem tipificar causas de insucesso / abandono no ensino superior e que possibilitassem a implementação de medidas preventivas daqueles fenómenos. Mais recentemente, em março de 2013, o Governo, através da resolução da Assembleia da República nº 60/2013, recomenda a elaboração de um relatório anual sobre o abandono no ensino superior. Numa linha mais intervencionista, em maio de 2014, o Governo, através da Secretaria de Estado do Ensino Superior apresenta o documento “Linhas de orientação estratégica para o ensino superior”. Este documento, para além das linhas estratégicas, apresenta medidas de ação, de entre as quais se destaca a criação do programa “Retomar”, vocacionado para aumentar o sucesso escolar e para diminuir o abandono.

O programa + Superior (redefinido através do Despacho nº 1447-A/2016 de 29 de novembro), entre outros aspetos, passou a abranger os estudantes carenciados que

interromperam os seus estudos, alargou o âmbito de aplicação a um maior número de regiões, de modalidades de acesso a todos os cursos de formação inicial e aumentou em 29% a atribuição de novas bolsas.

A partir de 2014, Portugal passou a distinguir-se positivamente da maioria dos países europeus pela medição sistemática das taxas de abandono escolar no ensino superior. Recentemente (4/4/2018) na Conferência Encontros com Inovação em Saúde, que decorreu no Porto, foram apresentados os principais resultados de um estudo realizado pela Direção Geral de Estatística da Educação e da Ciência (DGEEC), sobre o trajeto no ensino superior dos alunos que ingressaram no ano letivo 2011/12 em cursos de licenciatura com a duração teórica de três anos, seguindo o seu trajeto individual ao longo dos quatro anos seguintes, até 2014/15. O objetivo deste estudo foi medir quantitativamente as taxas de sucesso e determinar alguns dos fatores que mais os influenciam, positiva ou negativamente.

Em termos de resultados obtidos, os principais valores a nível nacional indicam que, volvidos quatro anos da inscrição inicial, 46% dos alunos tinham concluído a sua licenciatura; 14% continuavam inscritos no curso sem o terem ainda concluído; 11% continuavam inscritos no ensino superior, mas tinham optado por mudar de curso; finalmente, 29% dos alunos não se encontravam em nenhuma das situações anteriores, não se tendo diplomado e não tendo sido encontrados, passados quatro anos, no ensino superior português. Em suma, apenas cerca de metade dos alunos que se inscreveram em licenciaturas de três anos conseguiram concluí-las dentro dos primeiros quatro anos de estudos, e mais de um em cada quatro alunos abandonaram o ensino superior algures neste período de tempo.

Entre 2011 e 2015 cerca de 15 mil estudantes abandonaram o ensino superior.

Figura nº 5 – Situação dos alunos 4 anos após o seu ingresso numa licenciatura de 3 anos (desde 2011/12)



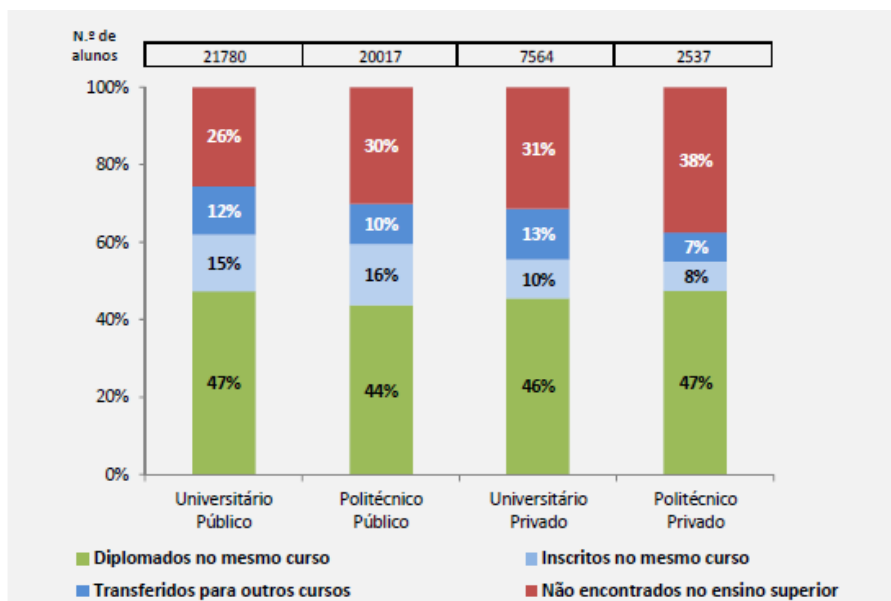
Fonte: DGEEC 2018

No referido estudo, foram considerados vários parâmetros, que podem influenciar a variação das taxas de sucesso e abandono, como:

1. Subsistema de ensino superior em que o aluno está matriculado;
2. Regime de ingresso utilizado pelo aluno para entrar no ensino superior;
3. Classificação de ingresso do aluno no concurso nacional de acesso;
4. Opção de ingresso do aluno no concurso nacional de acesso;
5. Área disciplinar do curso em que o aluno se inscreveu;
6. Condição de deslocação do aluno da sua região original de residência;
7. Sexo do aluno;
8. Nível de escolaridade dos pais do aluno.

Os resultados obtidos são apresentados em vários gráficos, de acordo com os parâmetros referidos anteriormente.

Figura nº 6 – Situação após 4 anos dos alunos que ingressaram em licenciaturas de 3 anos, por subsistema de ensino



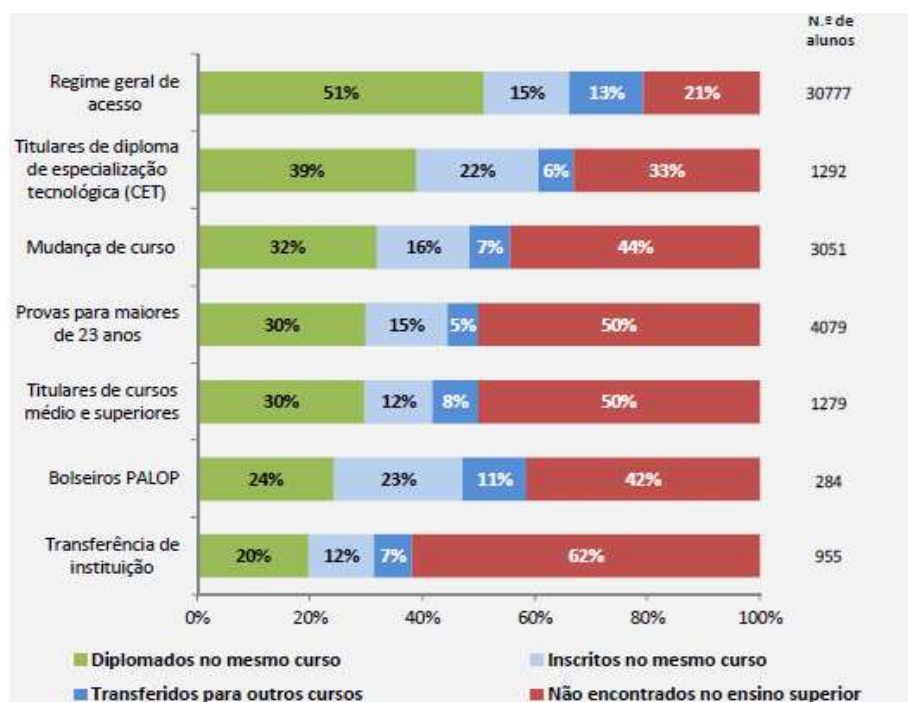
Fonte: DGEEC 2018

O principal resultado, visível na Figura nº 6, é o facto de a percentagem de alunos que, ao fim de quatro anos, já se encontravam diplomados (cerca de 45%), ser bastante semelhante nos quatro subsistemas considerados.

De entre todos os alunos que ingressaram em cursos de licenciatura, com duração teórica de três anos, no ano letivo 2011/12, menos de metade terminaram o seu curso nos quatro anos seguintes.

Embora a percentagem de conclusões em quatro anos seja semelhante nos vários subsistemas de ensino, as outras situações possíveis ocorrem com uma frequência mais dependente do subsistema em causa. Em particular, observa-se que a percentagem de abandonos durante os quatro anos tende a ser superior no ensino politécnico face ao ensino universitário e nas instituições privadas face às instituições públicas.

Figura nº 7 – Situação após 4 anos dos alunos que ingressaram em licenciaturas de 3 anos, por regime de ingresso – ensino superior público

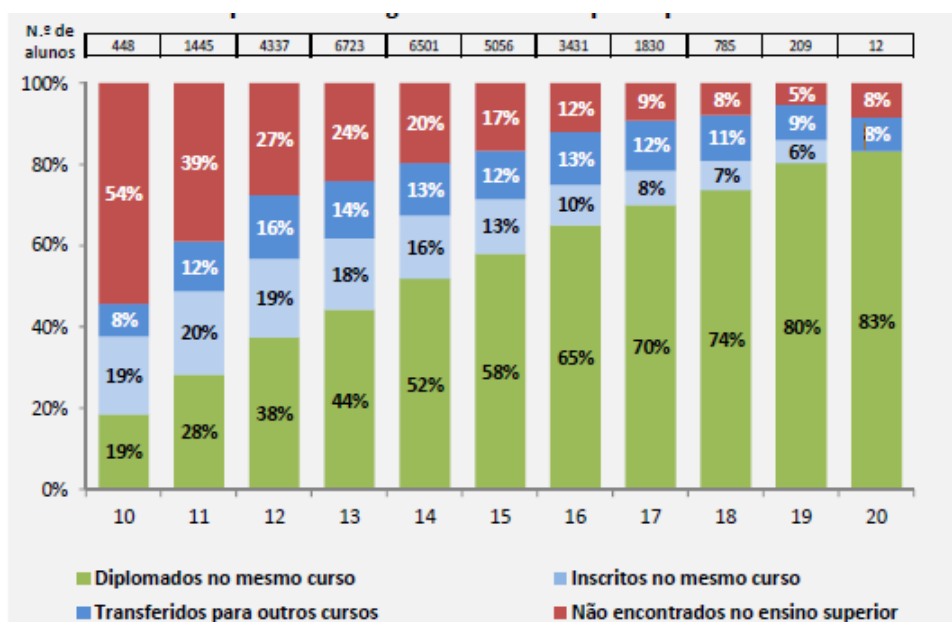


Fonte: DGEEC 2018

Ainda de acordo com o mesmo estudo, é possível constatar (Figura nº 7) que o trajeto dos alunos no ensino superior é muito diferente consoante a via de ingresso no curso. Enquanto cerca de metade dos alunos que ingressaram através do regime geral, em 2011/12, já tinham concluído o seu curso passado quatro anos, só 30% dos seus colegas que ingressaram através do regime especial para maiores de 23 conseguiram o mesmo feito. A percentagem de alunos diplomados ao fim de quatro anos desce ainda mais quando se considera os alunos que ingressaram através dos regimes especiais para bolseiros dos PALOP ou os alunos que se transferem para o curso oriundos de outras instituições de ensino superior.

A dependência do regime de ingresso é ainda maior quando se olha para as taxas de abandono nos quatro anos. Para os que utilizaram o regime geral de acesso em 2011/12, cerca de um em cada cinco alunos (21%) abandonaram o ensino superior sem terem concluído o seu curso. A mesma proporção de abandonos em quatro anos sobe para um em cada dois alunos (50%) quando se trata de ingressos através do regime dedicado a maiores de 23 anos, e sobe ainda mais, para quase dois em cada três, quando os alunos se transferem para o curso oriundos de outras instituições.

Figura nº 8 – Situação após 4 anos dos alunos que ingressaram em licenciaturas de 3 anos, por nota de ingresso – ensino superior público



Fonte: DGEEC 2018

Ainda segundo o mesmo relatório, é possível observar a regularidade e a força com que as taxas de abandono e de conclusão dos cursos dependem da classificação do aluno à entrada do ensino superior. Entre os alunos que ingressaram com classificação de 10 no concurso nacional de acesso de 2011, apenas 19% tinham concluído a sua licenciatura passados quatro anos, enquanto 54% tinham abandonado o ensino superior algures durante este período. Se se considerar os estudantes que ingressaram com classificação 14, estas proporções já se invertem, com taxas de abandono muito inferiores às de conclusão. Nos alunos que ingressaram com 18 valores, tem-se 74% de conclusões ao longo dos quatro anos e apenas 8% de abandonos nesse período. Estes números confirmam a importância do nível de preparação escolar dos alunos para o seu posterior sucesso no ensino superior.

Importa, para o presente trabalho, clarificar os conceitos de sucesso, de insucesso e de abandono académico.

Segundo Silva et al. (2016), de um modo geral, o conceito de insucesso é associado ao insucesso escolar, que remete para a incapacidade de o aluno atingir os objetivos definidos de aprovação numa disciplina ou para a conclusão do seu curso no tempo padrão estabelecido.

Num sentido lato, o insucesso traduz-se numa discrepância entre habilitação e qualificação adquiridas.

O conceito de abandono corresponde a um fenómeno distinto do insucesso, embora possam estar associados. O insucesso pode ser fator determinante do abandono no ensino superior, mas este pode ocorrer sem existir insucesso escolar.

Os mesmos autores defendem que o sucesso se define muitas vezes por oposição ao insucesso e ao abandono. Na maioria das teorias, o sucesso académico corresponde à persistência, aos resultados académicos alcançados e à conclusão de um grau académico.

Na tentativa de esboçar uma abordagem o mais completa possível dos fatores de sucesso académico, Alarcão (2000) alerta para a necessidade de uma articulação coerente entre as estruturas educativas e os seus atores. Sistematiza os vários fatores de natureza e origem diversas, segundo quatro grandes categorias: aluno, professor, currículo e instituição.

Para Almeida (2002), o sucesso é de natureza multifacetada, porque remete para os processos de adaptação bem-sucedida no domínio escolar, mas é também sócio relacional e psicológico, facto que leva a concluir que se trata de um fenómeno quer de natureza subjetiva, quer objetiva, uma vez que o mesmo desempenho pode ser percecionado de forma diferente, conforme os objetivos individuais ou conforme os resultados escolares.

A literatura sobre o insucesso e abandono escolar é relativamente extensa e revela o papel de vários fatores na sua explicação, desde fatores centrados nas características dos alunos, antecedentes ao ingresso no ensino superior, a fatores centrados no contexto pedagógico, social e institucional no ensino superior (Braxton et al., 2004; Cassidy e Eachus, 2000; Santos e Almeida, 2001; Tinto, 1993).

Segundo Frazão (2011), é aceitável entender que o abandono académico é o equivalente do abandono escolar no contexto universitário, embora, tal como existe uma grande divergência entre o ensino básico / secundário e o ensino superior, ambos aferem também diferentes tipos de abandono. O abandono académico dá-se quando o estudante deixa de frequentar quer as atividades avaliativas do curso por pelo menos dois semestres seguidos, quer as restantes atividades académicas com regularidade.

Summers citado por Frazão (2011), defende que o abandono acontece se o estudante não fizer a matrícula no semestre seguinte, enquanto outros autores defendem que o abandono se verifica quando os estudantes, no início do ano letivo seguinte não se encontram matriculados.

Em termos teóricos, e no âmbito das abordagens sociológicas, destaca-se a teoria interacionista de Tinto (1993, 2000).

O modelo interacionista de Tinto considera que o abandono é um processo longitudinal que compreende múltiplas interações socio-psicológicas entre o estudante e o ambiente

institucional. Sugere que a persistência (ou não abandono) depende essencialmente das características do estudante, da sua integração social e académica, e do seu compromisso com os objetivos educacionais e com a instituição, ou seja, defende que o abandono académico é consequência da falta de integração social e académica dos estudantes.

Kuh et al. (2007) consideram que os fatores de sucesso se distribuem por quatro categorias: as características demográficas, o contexto familiar, a preparação académica e motivação para a aprendizagem e as escolhas e padrões de ingresso no ensino superior.

Outros autores consideram ainda outras variáveis como a idade, o estado civil e a existência de filhos dependentes como variáveis demográficas relacionadas com o sucesso académico.

Quanto ao género, há diferenças consideráveis entre homens e mulheres no desempenho escolar. A feminização do ensino superior é uma tendência tanto na Europa, quer a nível nacional. Segundo Madureira Pinto (2002), a tendência para a feminização começou nos finais da década de 80. Martins (2004) acrescenta que, em média, as notas das estudantes no ensino superior são mais elevadas do que as dos seus colegas do sexo masculino.

Alguns autores também consideram que a ajuda financeira na forma de bolsas de estudo, ou de subsídios pode estar relacionada com o sucesso (Kuh et al.,2007).

Ferreira e Fernandes (2015) salientam a existência de uma multiplicidade de fatores evidenciando:

- as características e experiências pré-universitárias, que influenciam o envolvimento do investimento dos estudantes ao nível das diferentes oportunidades proporcionadas pelo contexto académico;
- as características organizacionais das IES;
- a interação dos estudantes com o contexto organizacional, tendo em consideração os diferentes intervenientes, nomeadamente, pares, docentes e funcionários e considerando situações dentro e fora da sala de aula.

Outro fator de relevo na integração do estudante é a praxe académica. A praxe académica constitui, segundo Frias (2003), o registo cultural dos estudantes. A praxe é uma prática que, por vezes, não segue as suas próprias regras enunciadas, o que frequentemente não significa uma desobediência direta à regra, mas outros tipos de desvios, como a transgressão de comportamentos e os abusos de autoridade. Os rituais estudantis são inseparáveis da IES onde se desenvolvem, no entanto, não devem ser dissociados de expectativas que o jovem possui acerca da vida universitária, antes de ingressar no ensino superior e a sua experiência efetiva enquanto aluno desse nível

educativo. Segundo o autor, é um dos principais fatores responsáveis pelas dificuldades de adaptação dos estudantes à universidade e, conseqüentemente, um fator provável que contribui para o abandono.

Segundo Frazão (2011), um dos principais motivos que conduzem ao abandono pode ser o insucesso da vida acadêmica – algo que ocorre essencialmente pela falta de integração social e empenho nos estudos. Outro motivo tem a ver com a escolha do curso e da instituição – que não se trata de uma decisão simples e deve requerer que o estudante se informe adequadamente, algo que por vezes não faz e acaba por sofrer desilusões. As dificuldades financeiras, segundo o autor, são talvez o fator de maior peso no abandono acadêmico e sem dúvida o mais citado, quer pelos estudantes que abandonaram o ensino, quer pelos que (ainda) não abandonaram.

Os fatores internos à própria instituição universitária – um fator ligado à complexidade das relações que se estabelecem no seio da instituição, também as razões pessoais – quando o estudante não se sente capaz de prosseguir com os estudos; a influência do gênero – algo que está relacionado com a diferença de capacidade de organização pessoal entre homens e mulheres, sendo que as mulheres possuem à partida uma melhor capacidade de organizar o seu estudo e, por isso, tendem a resistir melhor à pressão acadêmica. Outros fatores apresentados pelo autor são a influência do estudo a tempo parcial – normalmente, quem estuda e trabalha em simultâneo tem mais dificuldade em dar uma atenção plena aos estudos; o capital cultural – que diz respeito ao fosso que, em certos casos, pode existir entre as origens sociais do estudante e o ambiente acadêmico no qual ele se insere; o tipo e local de alojamento – o estudante que vive sozinho ou que se desloca para outra localidade tem mais facilidade e tempo para se inserir no universo acadêmico, comparativamente ao estudante que vive com a família.

2 - ECONOMIA SOCIAL

Segundo Caeiro (2008), a economia social desempenha um papel fundamental na economia de qualquer país. Cria empregos, reforça a coesão social, desenvolve a economia local e regional, gera capital social, promove a cidadania e a solidariedade, coloca as pessoas em primeiro lugar, apoia o desenvolvimento sustentável, a inovação social, ambiental e tecnológica.

A economia social, em face do atual desenvolvimento da sociedade, apresenta-se com uma importância decisiva no que respeita ao seu papel de promoção da justiça social e da equidade.

De acordo com o n.º 1 do Art.º 2º da Lei de Bases da Economia Social, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 30/2013, entende-se por economia social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades mencionadas no artigo 4.º da referida lei. O n.º 2 define que as atividades previstas no n.º 1 têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes.

Tem cabido à economia social, através de mecanismos de solidariedade, criar empresas e instituições que, para além de serem eficientes do ponto de vista económico, procuram realizar aquilo que é o seu grande objetivo: a promoção da inclusão social, o desenvolvimento social e a coesão social.

Conforme definido no Artº 4º da Lei de Bases da Economia Social, integram a economia social várias entidades: a) cooperativas; b) associações mutualistas; c) misericórdias; d) fundações; e) instituições particulares de solidariedade social (não abrangidas pelas alíneas anteriores); f) associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; g) entidades abrangidas pelo subsector comunitário autogestionário, integrados nos termos da constituição no setor cooperativo e social; h) outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da Economia Social.

De acordo com os dados da Conta Satélite da Economia Social, para 2013, a economia social representou 2,8% do VAB (valor acrescentado bruto) nacional, 5,2% do emprego total e 6,0% do emprego remunerado. As remunerações pagas pela economia social constituíram 5,2% do total das remunerações, correspondendo a remuneração média neste setor a 86,4% da remuneração média no conjunto da economia. Foram identificadas cerca de 61 mil entidades, distribuídas por um conjunto diversificado de atividades, de entre as quais se destacavam as de cultura, desporto e recreio (50,7%), seguindo-se as de ação e segurança social (15,6%). Estas últimas destacavam-se em

termos de valor acrescentado bruto (44,7%), remunerações (44,6%) e emprego remunerado (54,6%).

Ainda de acordo com a CSES 2013, foram consideradas 5584 entidades com o estatuto de IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) ou equiparadas (cerca de 9% do total), representando as Fundações 3,9%.

O quadro seguinte sintetiza os principais resultados da CSES, por grupo de entidades, apresentando a principal atividade observada em cada grupo, relativamente às Unidades de Atividade Económica (UAE), VAB, remunerações e emprego remunerado.

Figura nº 9 - Principais resultados da CSES, por grupo de entidades

		Unidades de Atividade Económica (UAE)		VAB		Remunerações		Emprego remunerado (ETC)	
		N.º	%	10 ⁶ Euros	%	10 ⁶ Euros	%	ETC	%
Ec. Social	Atividade principal	Cultura, Desporto e Recreio	50,7%	Ação e Segurança Social	44,7%	Ação e Segurança Social	44,6%	Ação e Segurança Social	54,6%
	Total da ES	61.268		4.206		3.973		215.963	
Cooperativas	Atividade principal	Comércio, Consumo e Serviços	26,8%	Atividades Financeiras	34,9%	Atividades Financeiras	31,4%	Ensino e Investigação	23,4%
	Total das Cooperativas	2.117		490		564		24.316	
	Percentagem das Cooperativas na ES		3,5%		11,6%		14,2%		11,3%
As. Mutualistas	Atividade principal	Ação e Segurança Social	77,5%	Atividades Financeiras	93,6%	Atividades Financeiras	90,8%	Atividades Financeiras	74,9%
	Total das Associações Mutualistas	111		352		216		4.896	
	Percentagem das As. Mutualistas na ES		0,2%		8,4%		5,4%		2,3%
Misericórdias	Atividade principal	Ação e Segurança Social	93,8%	Ação e Segurança Social	86,8%	Ação e Segurança Social	85,9%	Ação e Segurança Social	90,2%
	Total das Misericórdias	389		541		477		35.469	
	Percentagem das Misericórdias na ES		0,6%		12,9%		12,0%		16,4%
Fundações	Atividade principal	Ação e Segurança Social	63,3%	Ação e Segurança Social	39,5%	Ação e Segurança Social	40,5%	Ação e Segurança Social	55,9%
	Total das Fundações	578		251		236		10.871	
	Percentagem das Fundações na ES		0,9%		6,0%		5,9%		5,0%
ACFA	Atividade principal	Cultura, Desporto e Recreio	53,7%	Ação e Segurança Social	50,1%	Ação e Segurança Social	48,9%	Ação e Segurança Social	54,5%
	Total das As. com Fins Altruísticos	57.196		2.566		2.472		140.050	
	Percentagem dos ACFA na ES		93,4%		61,0%		62,2%		64,8%
SCA	Atividade principal	Desenvolvimento Habitação e Ambiente	24,9%	Agricultura, Silvicultura e Pescas	48,4%	Agricultura, Silvicultura e Pescas	52,9%	Agricultura, Silvicultura e Pescas	51,5%
	Total dos SCA	877		6		6		361	
	Percentagem dos SCA na ES		1,4%		0,2%		0,2%		0,2%

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, edição 2016 (20/12/2016)

2.1- Fundações

Conforme estatuído no nº 1 do Art.º 3º da Lei nº 24/2012 de 9 de julho, alterado pela Lei nº 150/2015 de 10 de setembro, que aprova a Lei-Quadro das Fundações, uma fundação é uma pessoa coletiva, sem fim lucrativo, dotada de um património suficiente e irrevogavelmente afetado à prossecução de um fim de interesse social.

No nº 2 refere-se que são considerados fins de interesse social aqueles que se traduzem no benefício de uma ou mais categorias de pessoas distintas do fundador, seus parentes

e afins, ou de pessoas ou entidades a ele ligadas por relações de amizade ou de negócios, designadamente:

- a) A assistência a pessoas com deficiência;
- b) A assistência a refugiados e migrantes;
- c) A assistência às vítimas de violência;
- d) A cooperação para o desenvolvimento;
- e) A educação e formação profissional dos cidadãos;
- f) A preservação do património histórico, artístico ou cultural;
- g) A prevenção e erradicação da pobreza;
- h) A promoção da cidadania e a proteção dos direitos do homem;
- i) A promoção da cultura;
- j) A promoção da integração social e comunitária;
- k) A promoção da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico;
- l) A promoção das artes;
- m) A promoção de ações de apoio humanitário;
- n) A promoção do desporto ou do bem-estar físico;
- o) A promoção do diálogo europeu e internacional;
- p) A promoção do empreendedorismo, da inovação ou do desenvolvimento económico, social e cultural;
- q) A promoção do emprego;
- r) A promoção e proteção da saúde e a prevenção e controlo da doença;
- s) A proteção do ambiente ou do património natural;
- t) A proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;

- u) A proteção dos consumidores;
- v) A proteção e apoio à família;
- w) A proteção e apoio às crianças e jovens;
- x) A resolução dos problemas habitacionais das populações;
- y) O combate a qualquer forma de discriminação ilegal.

Em Portugal são 578 as Fundações incluídas na CSES, que na sua maioria desenvolvem a sua atividade na área da Ação e Segurança Social (63,3%), seguindo-se a Cultura, Desporto e Recreio (18,3%) e o Ensino e Investigação (11,3%).

A Ação e Segurança Social foi igualmente a atividade mais relevante em matéria de **VAB** (39,5%), seguida do Ensino e Investigação (33,0%) e Cultura, Desporto e Recreio (21,1%).

A estrutura das **remunerações** das Fundações é muito semelhante à do VAB, sendo a Ação e Segurança Social a atividade mais relevante (40,5%), seguindo-se o Ensino e Investigação (31,0%) e a Cultura, Desporto e Recreio (23,5%).

Na distribuição do **emprego remunerado** (ETC), observou-se uma hierarquia idêntica, representando a Ação e Segurança Social 55,9% do total, seguindo-se o Ensino e a Investigação (27,7%), a Cultura, Desporto e Recreio (9,7%) e a Saúde e Bem-estar (4,3%).

2.2 - Breve descrição das organizações participantes

As organizações escolhidas para participar neste estudo são Fundações que concedem apoios aos estudantes que frequentam o ensino superior, e cujos princípios orientadores, designadamente a visão, missão, valores e demais elementos serão apresentados seguidamente.

2.2.1. – Fundação António Aleixo

A Fundação António Aleixo foi criada em 25 de maio de 1995. É uma instituição privada sem fins lucrativos e de utilidade pública, com objetivos de carácter social, cultural, artístico e científico.

Foi idealizada por 44 fundadores (individualidades, empresas e entidades ligadas ao concelho de Loulé) com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento do concelho (<http://fundacaoantonioaleixo.com/>).

A Fundação António Aleixo tem como visão a vida ativa com qualidade para os cidadãos, numa sociedade inclusiva e como missão promover, de forma sustentada, a autonomia, as condições de bem-estar e a satisfação de necessidades básicas e específicas, combater a exclusão, apoiar nas atividades instrumentais da vida quotidiana e atividades sócio recreativas, proteger os utentes, o património da instituição e garantir a excelência na prestação de serviços.

Defende como valores, o respeito pela dignidade e direitos dos cidadãos; qualidade; ética, integridade e transparência; solidariedade; responsabilidade; dedicação; motivação; trabalho de equipa; inovação; competência.

Apresenta como objetivos:

- contribuir para a redução das desigualdades sociais;
- contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias;
- prevenir situações de dependência e promover a autonomia;
- prestar cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos utentes e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;
- apoiar crianças e jovens;
- apoiar a integração social e comunitária;
- conceder bolsas de estudo;
- desenvolver projetos de investigação e estudos de carácter histórico sobre a figura de António Aleixo e sua obra.

A População Alvo desta fundação é a População economicamente carenciada, residente no Concelho de Loulé.

A Fundação António Aleixo, ao abrigo da alínea j) do artº 5º dos seus estatutos, poderá conceder anualmente bolsas de estudo a estudantes carenciados. No último concurso, foram admitidas candidaturas de estudantes a frequentar Instituições do Ensino Superior públicas, bem como a frequentar cursos do Ensino Superior Privado e Cooperativo, desde que estes não existam em instituições públicas.

2.2.2 – Fundação Calouste Gulbenkian

Nasceu em 1956 como uma fundação portuguesa para toda a humanidade, destinada a fomentar o conhecimento e a melhorar a qualidade de vida das pessoas através das artes, da beneficência, da ciência e da educação. Criada por testamento de Calouste Sarkis Gulbenkian, a Fundação tem carácter perpétuo e desenvolve as suas

atividades a partir da sua sede em Lisboa (Portugal) e das delegações em Paris (França) e em Londres (Reino Unido) (<https://gulbenkian.pt/>).

Tem como valores, promover os valores universais inerentes à condição humana, o respeito pela diversidade e pela diferença, a cultura da tolerância, bem como a preservação do ambiente na relação do homem com a natureza.

Como objetivo geral, a Fundação Gulbenkian refere que: “o sucesso no cumprimento dos nossos objetivos deve-se a todas as organizações e pessoas que apoiamos. Partilhar as estratégias de cada uma das iniciativas é o principal objetivo que pretendemos alcançar para conseguir uma melhor divulgação e ampliar o impacto global que procuramos”. (<https://gulbenkian.pt/>).

Outros objetivos são:

- mobilizar e incentivar a reflexão crítica nas áreas das artes, ciência, educação, saúde e desenvolvimento humano, assuntos globais;
- financiar terceiros (Grant-making);
- formar e criar novas capacidades de enfrentar questões atuais;
- desenvolver projetos-piloto, testar e associar-se a pessoas ou entidades com vista à sua aplicação na sociedade;
- apoiar projetos inovadores que gerem progresso e adaptabilidade à mudança;
- influenciar e divulgar ideias e trabalhos de investigação que considere relevantes;
- criar redes e parcerias aproximando pessoas e instituições.

A Fundação Calouste Gulbenkian, desde o início da sua atividade e por um período de mais de cinquenta anos, atribuiu bolsas de estudo de Pós-Graduação, bem como bolsas para o prosseguimento de cursos secundários, médios e superiores. Foram ainda atribuídos, desde os primeiros anos, subsídios de viagem destinados à participação em congressos, em reuniões científicas ou em outras iniciativas académicas ou científicas de curta duração no estrangeiro. A concessão de bolsas e subsídios de viagem tiveram “como objetivo essencial a melhoria do nível cultural, científico e profissional do País através do aumento da qualificação académica e profissional de especialistas de alto nível”.

2.2.3 – Fundação Eugénio de Almeida

A Fundação Eugénio de Almeida é uma Instituição portuguesa de direito privado e utilidade pública, sediada em Évora, cujos fins estatutários se concretizam nos domínios cultural e educativo, social, e espiritual, visando o desenvolvimento humano pleno, integral e sustentável da região de Évora (<http://www.fea.pt/home>).

Criada por disposição testamentária de Vasco Maria Eugénio de Almeida, os seus estatutos datam de 12 de agosto de 1963.

De acordo com os fins que lhe são atribuídos pelos estatutos, a Fundação promove e dinamiza um conjunto integrado de iniciativas e programas próprios, em exclusivo ou em parceria, e apoia projetos de outras entidades públicas e privadas, abrangendo um largo espectro de atividades nos diferentes domínios do seu campo de atuação.

Tem como missão articular meios e recursos com diversos interlocutores nacionais e estrangeiros, por forma a promover o desenvolvimento económico e um maior equilíbrio social da sua comunidade, contribuindo para a redução das consequências da interioridade e das assimetrias regionais.

O crescente reforço da ligação da Fundação a essa mesma comunidade, num espírito de partilha e de serviço, resulta de uma estratégia que tem privilegiado a apresentação de projetos marcados pela qualidade, excelência, inovação e potencial de impacto positivo junto dos seus diversos destinatários.

A Fundação Eugénio de Almeida afeta anualmente uma dotação financeira destinada a custear as propinas de alunos da Universidade de Évora de baixo rendimento económico e com aproveitamento escolar.

São princípios orientadores da Bolsa Eugénio de Almeida o apoio social; a criação de oportunidades; a contratualização e a responsabilização; o retorno à comunidade; o enriquecimento curricular e a promoção da participação cívica.

Em homenagem ao Instituidor, Vasco Maria Eugénio de Almeida, e para perpetuar a lembrança do primeiro núcleo de Estudos Superiores iniciado em Évora, em 1964, a Fundação Eugénio de Almeida institui a Bolsa de Mérito do Programa Alumni Eugénio de Almeida.

A Bolsa de Mérito tem por objetivo distinguir os melhores alunos finalistas dos cursos de Economia, Gestão e Sociologia da Universidade de Évora.

A Fundação criou também o Programa Alumni Eugénio de Almeida, que integra a bolsa de excelência académica. Este Programa pretende premiar o mérito e a excelência dos estudantes universitários que revelem um extraordinário potencial académico, comprovadamente reconhecido, e que pretendam frequentar instituições de ensino superior na sua área de especialização, no país ou no estrangeiro.

2.2.4 – Fundação Rotária Portuguesa

A Fundação Rotária Portuguesa foi criada no dia 19 de abril de 1959, data em que pela primeira vez reuniu o seu conselho de administração, após a aprovação oficial dos estatutos. É uma pessoa coletiva particular de utilidade pública e de solidariedade social,

instituída com carácter perpétuo pelos Rotários Portugueses, em cumprimento das resoluções unânimes dos clubes rotários tomadas nas X e XI conferências do então distrito rotário 65.

A Fundação Rotária Portuguesa tem por fim a concretização do ideal de servir, que constitui a base do movimento rotário, pelo que na sua vida se comprometem os membros dos clubes rotários sediados em Portugal.

A ação desenvolvida pela Fundação Rotária Portuguesa abarca, em geral, atividades de serviço em benefício das populações residentes em Portugal, principalmente nos campos educativo, científico, cultural, humanitário e social, através da concessão de auxílios e incentivos, tais como subsídios, bolsas e prémios, sem prejuízo de outras iniciativas que o seu conselho de administração delibere.

A Fundação Rotária Portuguesa concede bolsas de estudo para estudantes residentes em Portugal economicamente carenciados, para a frequência do ensino secundário não-obrigatório e do ensino superior de graduação.

2.3 – Responsabilidade Social

As práticas de responsabilidade social existem desde os primórdios da civilização. No entanto, o conceito só surgiu a partir da revolução industrial (Duarte e Torres, 2005, Davis et al. 1980, citados por Castro, Siqueira e Kubrusly, 2007).

Com a degradação do meio ambiente e da vida humana pelo trabalho, começaram a surgir novas reflexões sobre o papel das empresas face às obrigações legais e ambientais de uma maneira geral. Isto fez com que emergisse uma nova conceção de responsabilidade social. Houve o entendimento de que as empresas estão inseridas num meio complexo, onde as suas atividades influenciam ou têm impacto sobre diversos agentes da comunidade e da sociedade.

Nos anos 50/60 do século XX, nos Estados Unidos, e sobretudo a partir da guerra do Vietname, começou a repensar-se a ideia da responsabilidade social. A sociedade repudiou a utilização de armamentos bélicos produzidos por empresas Norte-Americanas, prejudiciais ao homem e ao meio ambiente.

Neste âmbito, algumas empresas passaram a divulgar informação sobre as suas práticas, em termos sociais e ambientais.

Foi durante o final da década de 60 e inícios da década de 70, que o tema ganhou destaque, quer nos Estados Unidos, quer na Europa, particularmente em França e Inglaterra, quando as empresas passaram a elaborar e publicar relatórios sobre as atividades de carácter social.

Foi nesta época que surgiu, em França, o Balanço Social, com o objetivo da elaboração e publicação de relatórios sobre atividades de índole social. Em 1977, a França foi o primeiro país a estabelecer o Balanço Social como obrigatório para empresas com mais de 750 trabalhadores (Monteiro, 2005).

Nesta década, evidenciou-se uma proliferação de definições formais de responsabilidade social (Carroll e Shabana, 2010), por parte de autores como Carroll (1979) que propôs o modelo dos quatro componentes de responsabilidade:

- económica – produzir bens e serviços e obter lucros;
- legal – respeitar a Lei;
- ética – adotar comportamentos éticos, fazer o que é certo e justo e evitar causar danos
- discricionária – beneficiar de forma voluntária / filantrópica a sociedade.

Figura nº 10- Pirâmide de RSE segundo Carroll (1991)



A crescente globalização das economias, através da ação das grandes multinacionais, condicionada pelas preferências e “valores” do mercado, veio acelerar todo o processo associado à definição do conceito de Responsabilidade Social das Empresas (RSE). Desde então, têm-se realizado diversos estudos acerca dos efeitos das políticas de

responsabilidade social das empresas, todavia, por falta de resultados consistentes e conclusivos, e dada a sua complexidade, prosseguem as investigações a nível académico sobre esta temática (Moreno, 2004).

No ano 2000, na Cimeira de Lisboa, a União Europeia inicia uma alteração significativa nas suas estratégias, ao incluir a responsabilidade social como uma estratégia importante para o modelo económico e social da Europa.

Na sua conclusão 39, refere que: “o Conselho Europeu faz um apelo especial ao sentido de responsabilidade social das empresas no que se refere a práticas adequadas em relação à formação contínua, à organização do trabalho, à igualdade de oportunidades, à integração social e ao desenvolvimento sustentável”.

Com a publicação do Livro Verde, em 2001, a Comissão Europeia define a Responsabilidade Social das Empresas como sendo “essencialmente um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo”, descrevendo-a como a “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

Uma década depois, a Comissão Europeia lançou uma nova estratégia para a RSE e propôs um novo conceito.

Segundo a nova definição da Comissão Europeia (2011), a RSE é “a responsabilidade das empresas pelo impacto que têm na sociedade». O respeito da legislação aplicável e dos acordos coletivos entre parceiros sociais é uma condição prévia para honrar essa responsabilidade. Para cumprir plenamente a responsabilidade social que lhes incumbe, as empresas devem adotar processos com o fito de integrar as preocupações de índole social, ambiental e ética, o respeito dos direitos humanos e as preocupações dos consumidores nas respetivas atividades e estratégias, em estreita colaboração com as partes interessadas”.

A principal evolução conceptual advém da responsabilidade social deixar de ser um comportamento voluntário, para passar a ser visto como o impacto que as empresas têm na sociedade (Leal, Ribeiro & Jorge, 2014).

A Responsabilidade Social pode ser definida como “a responsabilidade de uma organização pelos impactes das suas atividades e decisões para com as suas partes interessadas, através de um comportamento ético e transparente, que seja consistente com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade em geral, tenha em conta as expectativas das partes interessadas, esteja em conformidade com o estado de direito e legislação em vigor, seja consistente com as normas de conduta

internacionais e esteja integrado em toda a organização” (NP 4469-1:2008; ISO 26000:2011).

2.3.1 – Responsabilidade Social nas Fundações

Segundo Duarte (2016), os princípios da responsabilidade social são inerentes aos próprios alicerces da economia social e solidária. Constituem o seu código genético e a sua atividade não é mais do que a efetivação das preocupações da inclusão, da partilha e da gestão racional de recursos.

O mesmo autor vem reforçar que a distinção entre as empresas e o setor não lucrativo tem a ver com o facto de para as primeiras a responsabilidade social ser uma forma de gestão, enquanto para as segundas é uma forma de ser, embora defenda também que, muitas vezes, as organizações de economia social não implementam práticas da responsabilidade social, ou implementam práticas muito mitigadas.

No entanto, o autor refere que se tem vindo a notar uma franca aposta na alteração da forma de estar destas organizações, acompanhando mais as tendências da responsabilidade social, através de três dimensões principais:

- a primeira tem a ver com o estabelecimento de parcerias com empresas, em virtude de estas poderem tornar-se fontes de financiamento para as próprias organizações, assumindo fundamental relevância a tomada de medidas para o seu entrosamento harmonioso, tais como:

- aprender a falar a mesma linguagem e ser transparentes;
- adequação na elaboração dos relatórios de atividades;
- preocupação com o nível de comunicação com os stakeholders da organização.

- A segunda dimensão prende-se com a medição do impacto, ou seja, para atrair financiadores, têm de revelar o que fazem, para além de medirem o que fazem.

- A terceira e última dimensão tem a ver com a qualidade, mais propriamente com a certificação da qualidade, que em termos de processo está muito ligada com as questões ambientais e com as questões económicas.

Abreu et al. (2013), num estudo realizado sobre a avaliação das fundações portuguesas, defende que as fundações são organizações destinadas a prosseguir um fim duradouro, necessariamente de interesse social, ao qual se encontra afeto um acervo suficiente para a realização dos objetivos que se propõe.

Neste estudo, os autores consideram que a importância do processo de avaliação das fundações exige um diagnóstico face aos princípios de responsabilidade social, com inventariação dos possíveis impactos positivos e negativos na atividade das fundações.

Os resultados concentraram-se em quatro variáveis:

- a primeira variável é o reforço da transparência, para promover a independência institucional, de forma a investir na resposta às necessidades dos stakeholders, em particular, e da sociedade, em geral.
- a segunda variável é o dever de divulgação de informação, para promover o reconhecimento institucional e a imagem das fundações através da divulgação dos dados do sistema de informação financeira e não financeira, de carácter obrigatório e voluntário.
- a terceira variável é a gestão de risco focada na responsabilização, quer da envolvente legal, quer da envolvente macroeconómica. A compreensão da extensão das atividades das fundações permite aos administradores determinarem os riscos e identificarem as soluções para os possíveis problemas.
- a quarta variável é a sustentabilidade, uma vez que através do processo de avaliação analisam, por um lado, a pressão dos esquemas de financiamento e, por outro, conjugam o plano de atividades fundamentado em análises de lógica de custo/benefício das suas atividades.

O resultado desta investigação confirmou que as fundações portuguesas devem promover uma orientação estratégica de responsabilidade social, com reforço da transparência, accountability e sustentabilidade, através da conjugação de um plano de atividades que, consolidado com a gestão de risco e fundamentado com a análise de custo-benefício, garanta o cumprimento da sua missão.

Analisando as quatro fundações sobre as quais incidiu esta dissertação, tendo em conta a visão, a missão, os valores, os objetivos a que se propõem, constata-se que a responsabilidade social está inerente aos fins a que se propõem.

Tendo em conta os resultados do estudo apresentado anteriormente, realizado por Abreu et al. (2013), verifica-se que no que respeita ao reforço da transparência, a principal preocupação destas quatro fundações é conseguir dar resposta às necessidades dos seus stakeholders e sociedade em geral, desenvolvendo serviços, projetos e iniciativas inovadoras.

Relativamente ao dever de divulgação de informação, consultando a informação disponível na página eletrónica de cada uma delas, verifica-se estar disponível toda a informação, quer financeira, quer não financeira de carácter obrigatório, mas também bastante informação disponibilizada voluntariamente.

Quanto à terceira variável, a gestão de risco focada na responsabilização, quer da envolvente legal, quer da envolvente macroeconómica, analisando as atividades

desenvolvidas, fica-se com a ideia de que existe por parte dos administradores destas fundações uma preocupação em determinar os riscos e identificarem as soluções para os possíveis problemas. São quatro fundações cujas atividades têm em conta o interesse social, o desenvolvimento social da comunidade, tendo como principal preocupação desenvolver atividades cujos princípios fundamentais são a qualidade, excelência, inovação e potencial de impacto positivo junto dos seus destinatários.

Nesta sequência, pode considerar-se que a quarta variável, a sustentabilidade, está presente no plano de atividades destas organizações, onde é possível observar critérios de sustentabilidade, diversidade, desenvolvimento, inovação e criação de valor.

O apoio financeiro concedido aos estudantes do ensino superior, tema desta dissertação, é também uma forma destas fundações cumprirem com a sua responsabilidade social, através da concessão de bolsas de estudo a estudantes carenciados.

3 - PROBLEMÁTICA

As dificuldades económicas dos jovens e do seu agregado familiar são ainda um entrave ao acesso ao ensino superior, levando os primeiros inclusive a equacionar a possibilidade de não continuarem os estudos, constituindo a falta de recursos uma das principais causas de abandono escolar.

Os estudantes e/ou as suas famílias enfrentam custos de educação e de vida que constituem as seguintes categorias:

- custos de educação: propinas, matrículas, outras despesas (seguros, taxas académicas de exames ou de outras provas); livros e outros materiais; equipamentos (computadores, microscópios, etc.); viagens de campo e as despesas não incluídas em nenhum dos itens anteriores;
- custos de vida (despesas correntes): alojamento; telefone e telemóvel; comida e despesas médicas (incluindo seguro de saúde, consultas generalistas e de especialidade); transportes; e despesas pessoais (roupa, produtos de higiene, despesas de entretenimento, etc.) (Patrocínio, 2017).

Nos primeiros anos da década de 1990, os governos introduziram novos mecanismos de financiamento, através de políticas que apontaram para a participação dos estudantes nos custos da educação, com a introdução de propinas no ensino público. Em Portugal, a partilha de custos tem vindo a apresentar a tendência da contribuição dos estudantes e das suas famílias ter cada vez maior peso no cômputo global, ao mesmo tempo que se assiste à diminuição da contribuição do Orçamento de Estado e também a uma maior contribuição das receitas próprias das instituições do ensino superior (Cerdeira, 2009).

Cerdeira et al (2017), na apresentação dos resultados preliminares do estudo “Custos dos Estudantes do Ensino Superior - CESTES 2”, apresenta como principais conclusões, o facto de o ensino superior em Portugal ser, indubitavelmente, um ensino superior para elites e que esse processo de elitização se tem vindo a agravar. É notório o crescimento do estrato de maiores rendimentos no conjunto da população estudantil, muito especialmente a partir da década de 2010. Simultaneamente, e a partir da mesma data, assiste-se a um fortíssimo esmagamento da “classe média” que recuperou, muito superficialmente, de 2010/11 para 2015/16. Esta foi uma das consequências mais notórias da crise económica e financeira que o país vivenciou nos últimos anos e de que resultaram políticas de extrema austeridade impostas externamente, decorrentes de um pedido de resgate do país a organizações internacionais. De facto, decorrente das políticas de austeridade impostas, assistiu-se

a uma quebra dos rendimentos do trabalho em geral, que afetou diretamente a “classe média”, ao mesmo tempo que reforçou o fosso entre os mais ricos e os mais pobres do país. Simultaneamente, assiste-se ao longo de todo o período, desde 1995, a um reforço dos estudantes originários dos estratos mais pobres na população estudantil, sendo que esse reforço foi pouco significativo entre 1995 e 2005, crescendo fortemente a partir de 2010 como consequência, fundamental, da passagem de uma boa parte das famílias da classe média para a classe baixa (Cerdeira, 2017).

Segundo Cerdeira (2008), o nosso país sofre de uma acentuada fragilidade no apoio social prestado aos estudantes, porquanto o conjunto dos apoios concedidos pelo governo apenas representava 18% do total dos custos no ano letivo 2004/05.

A autora regista ainda uma grave deficiência no facto de a bolsa média anual quer no ensino público, quer sobretudo no ensino privado, se mostrar insuficiente para fazer face aos custos totais que os estudantes suportam.

Atendendo a que os apoios do Estado são insuficientes e que as famílias revelam cada vez mais dificuldade em fazer face às despesas inerentes a ter um filho no ensino superior, os estudantes recorrem a outros apoios para além dos concedidos pelo Sistema de Ação Social do Ensino Superior, como bolsas de estudo, ajudas financeiras ou outros tipos de incentivos, que são também disponibilizados por entidades privadas, como algumas organizações de economia social.

Segundo Caeiro (2008) a economia social tem características próprias para responder a um enquadramento económico e social específico, ao qual nem a economia pública nem a privada conseguem ou desejam dar respostas. Resulta assim que a economia social se define por um intervalo entre o Estado e o mercado, quer no sentido da concretização das ações que o Estado não pretende resolver, quer no daquelas em que a economia privada não vislumbra interesses lucrativos para a sua realização.

Neste contexto, o problema que se coloca nesta investigação é o de perceber em que medida as Organizações de Economia Social contribuem (ou não) para assegurar este intervalo entre o que o Estado e ou as famílias podem participar nas despesas dos estudantes com a frequência do ensino superior e aquilo que efetivamente pagam.

Com esta pesquisa, procuramos aferir se este apoio por parte das OES faz com que a situação de carência económica não seja motivo de abandono dos estudos, ou seja, perceber qual é o impacto que estas medidas de apoio atribuídas pelas OES aos estudantes têm na decisão de prosseguir ou abandonar os seus estudos, bem como apurar qual a importância destas medidas de apoio na gestão das OES.

3.1– Hipóteses

Segundo Pardal & Lopes (2011), as hipóteses são proposições construídas de forma a explicar ou compreender antecipada ou provisoriamente um fenómeno determinado e constituem linhas de orientação que apontam direções do que se pretende demonstrar. Para Quivy & Campenhoudt (1992), as hipóteses fornecem à investigação um fio condutor eficaz, que, a partir do momento em que são formuladas, substituem nessa função as questões de partida do projeto, fornecendo ao investigador critérios para selecionar os dados mais pertinentes da pesquisa. O seguimento do trabalho consistirá em testar as hipóteses, confrontando-as com os dados da observação.

Na sequência da problemática apresentada, entendeu-se formular hipóteses que permitissem dar resposta, por um lado, à importância que estes apoios concedidos pelas OES têm para o estudante e suas famílias e em que medida influenciam ou não o abandono dos estudos; por outro, a importância que estes apoios têm na gestão destas organizações, mais propriamente, na definição das medidas de apoio e na definição do próprio orçamento.

Face ao exposto, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1 - A percentagem de abandono nos estudos é superior nos estudantes com dificuldades económicas, que não são abrangidos pelas medidas de apoio.

H2 - As medidas de apoio disponibilizadas pelas OES contribuem para que os estudantes prossigam / terminem os estudos.

H3 - A perceção que as OES têm da importância que este apoio tem para os estudantes influencia a definição do tipo de medidas de apoio.

H4 - O orçamento das OES é definido, tendo em conta as necessidades dos estudantes, nomeadamente em relação ao número de candidatos e montante a atribuir.

PARTE II – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Na segunda parte deste trabalho, apresentamos a metodologia utilizada, e os resultados apurados, com a sua utilização.

4 – METODOLOGIA

Segundo Alarcão (2001), é na fase da definição metodológica que se determinam os métodos a utilizar para obter as respostas às questões de investigação colocadas e às hipóteses formuladas.

É nesta fase que são definidos os procedimentos da recolha de dados, a caracterização da amostra e os instrumentos da recolha de dados.

4.1– Procedimentos

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Processa-se através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real. Segundo este autor, a pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos. Investiga-se uma pessoa ou grupo capacitado (sujeito da investigação), abordando um aspeto da realidade (objeto da investigação), no sentido de comprovar experimentalmente hipóteses (investigação experimental), ou para descrevê-la (investigação descritiva), ou para explorá-la (investigação exploratória). Para se desenvolver uma pesquisa, é indispensável selecionar o método de pesquisa a utilizar. De acordo com as características da pesquisa, poderão ser escolhidas diferentes modalidades de pesquisa, sendo possível aliar o qualitativo ao quantitativo.

Reichardt e Cook (1986) afirmam que um investigador, para melhor resolver um problema de pesquisa, não tem que aderir rigidamente a um dos dois paradigmas, podendo mesmo escolher uma combinação de atributos pertencentes a cada um deles. O investigador também não é obrigado a optar pelo emprego exclusivo de métodos quantitativos ou qualitativos e, no caso de a investigação assim o exigir, poderá mesmo combinar o emprego dos dois tipos de métodos.

A pesquisa qualitativa é aquela que se baseia no aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização, a partir dos quadros de referência dos sujeitos que fazem parte dessas entidades.

Segundo Fonseca (2002), ao contrário do que acontece na pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. Para isso, recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenómeno, as relações entre variáveis, etc.

A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e da pesquisa quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Pelo exposto e de forma a atingir os objetivos propostos, entendeu-se escolher para o presente trabalho, os dois métodos de pesquisa de maneira integrada, o que possibilitou uma melhor compreensão do cenário estudado.

O estudo empírico foi desenvolvido junto de quatro fundações, realizando-se entrevista a três representantes das mesmas, uma vez que outra não enviou as respostas às questões constantes no guião de entrevista. De acordo com a abordagem qualitativa e tendo em conta estas mesmas entrevistas, pretendeu-se compreender estas organizações, ou seja, a sua realidade, através da análise do discurso dos seus representantes.

Foi também aplicado um inquérito por questionário a estudantes que beneficiaram do apoio de três Fundações, uma vez que uma delas não nos disponibilizou os dados dos bolsiros, para envio do questionário.

Através da utilização conjunta destes dois tipos de pesquisa foi possível interpretar as informações quantitativas e os dados qualitativos, mediante a observação e a interpretação do discurso dos sujeitos.

4.2. Amostra

Segundo Fortin (1999), a amostra é um subconjunto de uma população ou de um grupo de sujeitos que fazem parte da mesma população. É, de qualquer forma, uma réplica em miniatura da população alvo.

Ainda segundo o mesmo autor, a amostra deve ser representativa do universo em estudo, ou seja, a amostra deve conter as características da população. No entanto, na

maioria dos casos, a média da população necessária para avaliar a representatividade é desconhecida. Assim, pela dificuldade de aceder aos dados necessários a uma amostra representativa, é usual recorrer-se a uma amostra de conveniência.

No presente estudo, utilizamos a técnica de amostragem não probabilística por conveniência, que tem como objetivo obter uma amostra de elementos convenientes. A seleção das unidades amostrais é deixada a cargo do entrevistador.

De acordo com Hair, Bush e Ortinau (2003), neste tipo de amostras, não é possível utilizar as fórmulas para determinar o tamanho da amostra. Nas amostras não probabilísticas, o tamanho da amostra é determinado de forma subjetiva e intuitiva pelo investigador, que se baseia em estudos anteriores, pelas normas do setor ou pela quantidade de fontes disponíveis.

A amostra do presente estudo é constituída por quatro Fundações e 230 estudantes que beneficiaram de apoio concedido pelas mesmas.

Como critérios tidos em conta para seleccionar a referida amostra, foram o facto de serem Organizações de Economia Social e disponibilizarem apoio aos estudantes que frequentam ou frequentaram o Ensino Superior.

Inicialmente, foram contactadas cinco Fundações, não tendo uma respondido ao pedido efetuado para colaborar no presente trabalho.

Das quatro Fundações, três aceitaram que um dos responsáveis pela atribuição desses apoios respondesse às questões constantes do guião de entrevista (anexo 3), enviado através de correio eletrónico, sendo que uma delas (Fundação Calouste Gulbenkian) não disponibilizou os dados dos estudantes para o envio do questionário, por entender tratar-se de informação sigilosa, nem se disponibilizou para o enviar diretamente aos estudantes bolseiros.

Outra das Fundações (Eugénio de Almeida) enviou os questionários aos estudantes, mas não respondeu à entrevista.

Face ao exposto, verifica-se que das quatro Fundações, três delas responderam à entrevista (Calouste Gulbenkian, António Aleixo e Rotária), duas (Rotária e Eugénio de Almeida) enviaram diretamente aos estudantes bolseiros o link do questionário e uma delas (António Aleixo) contactou os estudantes, no sentido de solicitar autorização para disponibilizar os contactos dos mesmos, tendo posteriormente disponibilizado essa informação, para que fosse enviado link do questionário.

4.3 - Instrumentos de recolha de dados

O principal instrumento de recolha de dados no presente trabalho foi o Inquérito por questionário. De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998), esta técnica consiste em

colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à atitude em relação a opções ou questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou problema.

Segundo Afonso (2005), a aplicação de um inquérito por questionário possibilita converter a informação obtida dos inquiridos em dados pré-formatados, facilitando o acesso a um número elevado de sujeitos e a contextos diferenciados.

Como defendem Albarello et al. (2005), utilizou-se questões fechadas e de fácil compreensão.

O inquérito foi alojado no 'Google Docs', e enviado aos estudantes. Tal como referido anteriormente, duas das Organizações (Fundação Rotária e Fundação Eugénio de Almeida), optaram por enviar o link aos estudantes e a terceira organização (Fundação António Aleixo) escolheu contactar previamente os bolseiros, pedindo autorização para disponibilizar os seus dados. Assim, foi disponibilizada uma listagem que continha o nome e contacto telefónico de cada estudante. Foram contactados todos os estudantes constantes da mesma, a quem foi pedido o endereço de email e mais tarde, enviado o link do inquérito.

O inquérito foi aplicado entre os dias 1 de junho e 24 de julho de 2017, a um universo de 434 estudantes, ao qual responderam 230, ou seja 53%.

A Fundação Rotária enviou o link do questionário a 356 estudantes, dos quais responderam 170. A Fundação António Aleixo disponibilizou os contactos de 71 estudantes, sendo possível contactar 68, dos quais responderam 47, o que corresponde a 69% do universo.

A Fundação Eugénio de Almeida enviou link a 10 estudantes, tendo respondido 6 estudantes, ou seja, 60% do total.

A primeira parte do questionário é antecedida por uma breve nota introdutória, onde consta, de forma sucinta, tal como indicado por Hill e Hill (2009), o pedido de colaboração no preenchimento, o objetivo do estudo, o tempo previsto para o preenchimento do mesmo e a declaração de confidencialidade e de anonimato.

Para além do inquérito por questionário, recorreu-se também à entrevista, tendo sido elaborado um guião de entrevista estruturada.

Uma entrevista estruturada é elaborada mediante um questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e onde se mantém uma preocupação em não fugir a elas. O principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças

deverão refletir diferenças entre os respondentes e não a diferença nas perguntas (Lakatos, 1996).

Devido à dispersão geográfica das organizações e à dificuldade de deslocação às mesmas no tempo necessário para a elaboração do presente trabalho, foi feito um primeiro contacto telefónico de apresentação e de pedido de colaboração, informando que seria posteriormente enviado por email um guião de Entrevista, solicitando que as respostas às questões constantes no mesmo, fossem também enviadas por email.

Posteriormente, foi enviada uma carta de apresentação juntamente com a carta do orientador deste trabalho, fazendo referência ao seu principal objetivo, bem como à necessidade da colaboração destas organizações para a conclusão do mesmo. Nesta carta era solicitado a resposta às questões que constavam no guião, assim como os dados dos estudantes que receberam bolsa de estudo nos últimos cinco anos.

O Guião de Entrevista continha os seguintes temas:

- Tipos de apoio concedidos
- Formas de acesso à informação
- Número de estudantes apoiados
- Critérios de elegibilidade
- Atribuição dos apoios em função do orçamento da organização
- Feedback recebido pelas organizações por parte dos estudantes.

5 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste Capítulo, é importante começar por relembrar que a questão de partida do presente trabalho foi a de conhecer o impacto das medidas de apoio atribuídas pelas Organizações de Economia Social, aos estudantes do ensino superior, na decisão de prosseguir ou abandonar os seus estudos.

Atendendo a que não foi encontrado a nível nacional qualquer estudo sobre esta realidade, entendeu-se seguir um caminho próprio, construindo um guião de entrevista e um inquérito que pudesse dar resposta à questão de investigação.

Neste capítulo apresenta-se a análise e discussão dos resultados, tendo em conta os objetivos da investigação e as hipóteses formuladas.

É neste capítulo que serão apresentados e discutidos os principais resultados desta investigação, tendo por base os dados recolhidos através dos instrumentos de pesquisa. A apresentação começa com uma análise das entrevistas realizadas aos responsáveis pela atribuição dos apoios aos estudantes em cada organização, seguindo-se a análise dos resultados obtidos com o inquérito realizado aos bolseiros.

5.1 – Entrevistas realizadas aos responsáveis das Organizações de Economia Social

Da análise efetuada às questões colocadas, constatamos que os tipos de apoio disponibilizados por estas organizações aos estudantes do ensino superior se traduzem em bolsas de estudo, que podem ser também bolsas de investigação e prémios escolares.

Estes tipos de apoio são concedidos há vários anos, tendo sido a Fundação Calouste Gulbenkian pioneira, nesta ação, apoiando estudantes desde 1956. A Fundação Rotária iniciou ainda na mesma década, mais propriamente em 1959. Por último, a Fundação António Aleixo, em 1996, também ela a última Fundação destas três a ser criada.

O objetivo principal na atribuição destes apoios resume-se ao apoio no prosseguimento dos estudos, melhorando a formação do cidadão, premiando a excelência e estimulando a investigação.

Relativamente à forma de acesso dos estudantes a este tipo de informação, as fundações referem que a principal fonte é a página da Internet, bem como a página do Facebook da instituição, para além dos jornais e da comunicação entre bolseiros e outros estudantes.

No que concerne aos critérios de elegibilidade, as três Fundações fazem referência ao aproveitamento escolar e à carência económica. Depois, cada uma delas define critérios

mais específicos. A Fundação Calouste Gulbenkian faz referência aos Regulamentos dos concursos de bolsa, a Fundação António Aleixo aponta para o fator idade, não podendo os candidatos ter idade superior a 25 anos à data da primeira candidatura, quer das licenciaturas quer dos mestrados. O ser residente no concelho de Loulé, ou ser natural ou filho de naturais do concelho, residindo fora há menos de três anos, é apontado como outro critério de elegibilidade.

A Fundação Rotária, para além dos critérios comuns às três fundações, faz referência ao facto de o candidato ter de residir em Portugal.

Quanto ao número de estudantes apoiados anualmente, a Fundação António Aleixo atribui cerca de 60 bolsas, a Fundação Calouste Gulbenkian atribui 300 e a Fundação Rotária atribuiu, nos últimos cinco anos, uma média anual de 350 bolsas a estudantes do Ensino Superior.

Na Fundação António Aleixo, os montantes do apoio financeiro variam consoante o tipo de bolsas atribuídas, oscilando entre os 900 e os 1800€. A Fundação Rotária atribui um valor anual de 750€ e a Fundação Calouste Gulbenkian refere que os montantes são específicos de cada linha de intervenção.

Relativamente à atribuição em função do orçamento da organização, foi referido pela Fundação António Aleixo que o apoio vem da autarquia e quando há necessidade, pedem um reforço financeiro.

Na Fundação Gulbenkian, o montante é decidido anualmente pelo Conselho de Administração, de acordo com proposta apresentada pelo serviço, tendo em conta o orçamento da organização.

Na Fundação Rotária, o orçamento é canalizado para os diversos apoios aos clubes Rotários Portugueses nas áreas da alfabetização / educação, combate à fome / pobreza, promoção da saúde e recursos hídricos e ambiente.

A atribuição destes apoios, segundo referem a Fundação António Aleixo e a Fundação Calouste Gulbenkian, é pacífica, não sendo questionada pelos órgãos da instituição.

A Fundação Rotária afirma que a atribuição dos apoios aos estudantes é questionada pelos órgãos da instituição, no sentido de definir prioridades, relativamente às áreas de maior investimento.

Quando questionadas sobre se conseguiam ter a perceção da importância que estes apoios têm para os estudantes, os representantes das três Fundações são unânimes em responder afirmativamente, referindo a Fundação António Aleixo, que já apoiaram mais de 1000 estudantes, que sem este apoio veriam comprometida a possibilidade de prosseguirem os estudos. Referem ainda que estes apoios influenciam a produtividade académica.

A Fundação Rotária afirma que estes apoios são de vital importância, dada a necessidade financeira dos agregados familiares.

Relativamente ao feedback recebido por parte dos estudantes, no sentido de perceber se estes apoios são decisivos para se manterem a estudar, a Fundação António Aleixo refere que este feedback chega aquando das candidaturas, que revelam a incapacidade das famílias para suportar as despesas com a frequência do Ensino Superior.

A Fundação Calouste Gulbenkian informa que quer através dos relatórios de atividades que os bolseiros apresentam, quer nos encontros de bolseiros ou nos inquéritos a antigos bolseiros que se destinam a conhecer o seu percurso académico e profissional, conseguem analisar o impacto da bolsa atribuída. Já a Fundação Rotária responde que o feedback é dado através das cartas de agradecimento que recebem e que são testemunho de que estes apoios são decisivos.

5.1.1. – Discussão dos resultados apurados nas entrevistas realizadas

Face à apresentação efetuada anteriormente, referente aos resultados das entrevistas realizadas, tendo em conta as hipóteses, verifica-se o seguinte:

Relativamente à 1ª hipótese – **a percentagem de abandono nos estudos é superior nos estudantes com dificuldades económicas, que não são abrangidos pelas medidas de apoio** – embora não tenhamos dados exatos, percebe-se que quando as direções referem que “sem este apoio veriam comprometida a possibilidade de prosseguirem os estudos” ou que “é de vital importância dada a necessidade financeira do agregado”, isso significa que, se não existissem estes apoios, muitos destes estudantes teriam de abandonar os estudos.

A 2ª hipótese – **As medidas de apoio disponibilizadas pelas OES, contribuem para que os estudantes prossigam / terminem os estudos** – pode ser verificada quer através das expressões anteriores, quer através do feedback dado pelos estudantes. As três OES referem que se apercebem da incapacidade das famílias para suportar as despesas com a frequência do Ensino Superior, e algumas mencionam as cartas de agradecimento, que testemunham que estes apoios são decisivos.

Consultado o relatório do inquérito realizado aos estudantes bolseiros da Fundação Calouste Gulbenkian, verificamos que os estudantes referem que a bolsa que receberam da Fundação foi relevante na promoção da sua carreira, possibilitando-lhes estudar na área ou curso que desejavam, progredir na carreira profissional ou académica, bem como progredir no grau académico ou numa especialização mais avançada.

Quanto à 3ª hipótese - ***A percepção que as OES têm da importância que este apoio tem para os estudantes influencia na definição do tipo de medidas*** – é visível quando as respostas indicam que o orçamento é canalizado para os diversos apoios em função das necessidades dos estudantes e suas famílias ou quando estes apoios são decididos anualmente pelo conselho de administração, de acordo com a proposta apresentada pelo serviço, tendo em conta o orçamento da Fundação. Percebe-se que a proposta apresentada vai no sentido de propor as medidas necessárias para dar o apoio aos estudantes.

Só tendo a percepção do quanto este tipo de apoio é importante para os estudantes, se pode definir o tipo de medidas adotadas.

A 4ª hipótese – ***O orçamento das OES é definido tendo em conta as necessidades dos estudantes, nomeadamente em relação ao número de candidatos e montante a atribuir*** – tal como referido na fundamentação da 3ª hipótese, percebeu-se pelas respostas dadas que o orçamento é definido em função dos diversos apoios disponibilizados pelas OES. Logo, entende-se que o orçamento deve ser definido em função das prioridades e tal como referem, das áreas de maior investimento. Percebe-se também quando as organizações respondem que “o apoio é dado pela autarquia e quando é necessário pedem reforço”, ou seja, dar resposta às necessidades dos estudantes é uma prioridade para estas organizações e o orçamento é definido em função disso.

Passamos, em seguida, à análise dos resultados apurados através dos questionários.

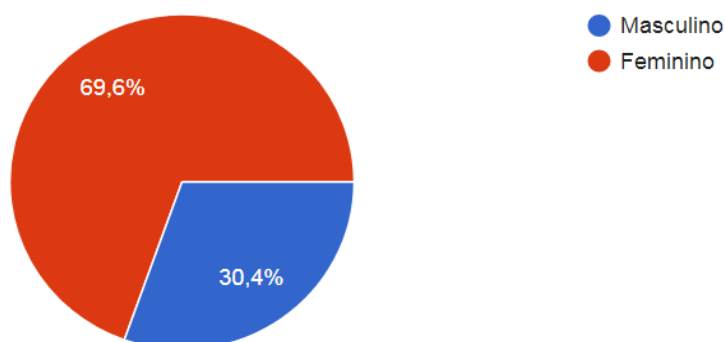
5.2 - Inquéritos realizados aos estudantes bolseiros

De acordo com o gráfico seguinte, podemos constatar que os inquiridos são maioritariamente (70%) do género feminino

Figura nº 11 – Distribuição dos estudantes por género

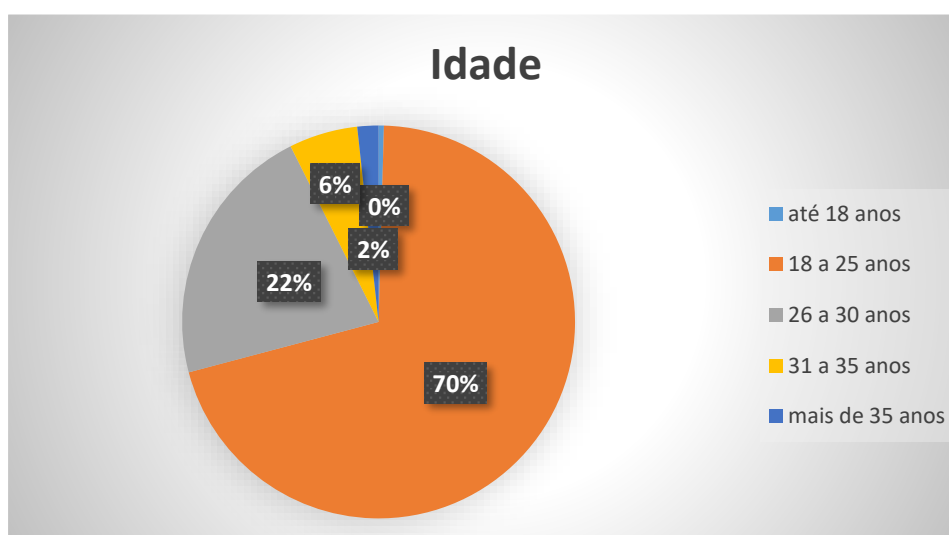
1. Género

230 respostas



Analisando a idade dos inquiridos, verifica-se que o escalão com maior percentagem de respostas (70%) se situa entre os 18 e os 25 anos. De seguida, com 22%, surgem os inquiridos com idade entre 26 e 30 anos, 6% com idade entre os 31 e os 35 anos e, por fim, com apenas 2%, estudantes com mais de 35 anos.

Figura nº 12 – Distribuição dos estudantes por idade



Relativamente ao concelho de residência, considerando que as respostas corresponderam a 62 concelhos, entendeu-se agregar os mesmos em Distritos, para facilitar a análise, conforme a tabela seguinte.

Verifica-se que praticamente todos os distritos estão representados, ou seja, foi possível obter uma amostra com boa representatividade a nível nacional, incluindo as duas Regiões Autónomas, da Madeira e dos Açores.

Os distritos com mais respostas foram os de Faro (48) e Aveiro (42), seguidos por Porto (20), Lisboa (17) e a Região Autónoma dos Açores (17).

Tabela 1 - Concelho de residência do agregado familiar

Distrito	Número de Estudantes
Faro	48
Aveiro	42
Porto	20
Lisboa	17
Açores	17
Leiria	15
Santarém	15
Braga	14
Viseu	10
Setúbal	9
Coimbra	8
Évora	5
Bragança	2
Guarda	2
Viana do Castelo	2
Madeira	2
Beja	1
Portalegre	1

Relativamente à Instituição de Ensino frequentada pelos 230 inquiridos, encontramos uma grande diversidade. As cinco Instituições de Ensino Superior com maior número de inquiridos são a Universidade de Lisboa (62), a Universidade do Porto (40), a Universidade do Algarve (32), a Universidade de Coimbra (28) e a Universidade de Aveiro (13).

Tabela 2 - Instituição de Ensino Superior que frequenta ou frequentou

Instituição	Número
Universidade de Lisboa	62
Universidade do Porto	40
Universidade do Algarve	32
Universidade de Coimbra	28
Universidade de Aveiro	13
Universidade do Minho	9
Universidade dos Açores	5
Instituto Politécnico de Leiria	5
Instituto Politécnico de Castelo Branco	4
Instituto Politécnico de Santarém	4
Universidade de Évora	3
Universidade da Beira Interior	3
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	3
Instituto Politécnico de Viseu	2
Instituto Politécnico de Portalegre	2
Instituto Politécnico de Setúbal	2
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	2
Instituto Politécnico de Beja	1
Instituto Politécnico da Guarda	1
Instituto Politécnico de Tomar	1
Outras*	8

*Hannover; Escola Secundária Manuel de Arriaga; Escola Secundária de Pombal; nenhum; Maastrich Conservatorium; Queen Mary University of London.

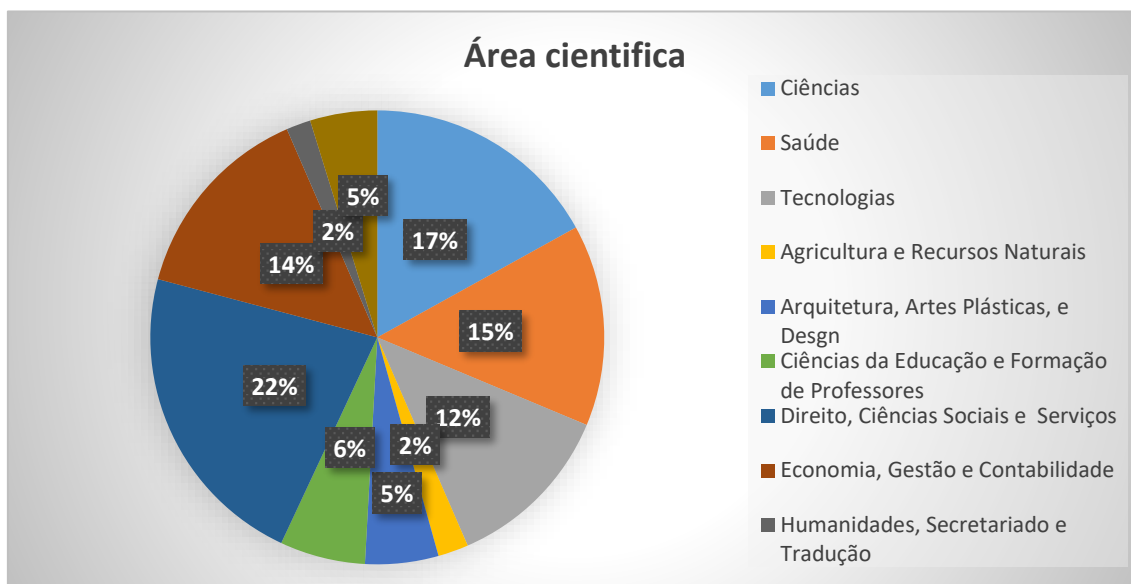
No que concerne ao curso que frequenta ou frequentou, entendeu-se dividir por áreas científicas, devido ao grande leque de cursos mencionados pelos estudantes, conforme tabela seguinte:

Tabela 3 - Área Científica

Área Científica	Número de Estudantes
Ciências	39
Saúde	33
Tecnologias	28
Agricultura e Recursos Naturais	5
Arquitetura, Artes Plásticas e Design	12
Ciências da Educação, Formação de Professores	14
Direito, Ciências Sociais e Serviços	51
Economia, Gestão e Contabilidade	33
Humanidades, Secretariado e Tradução	4
Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo	11

Podemos concluir que, dos estudantes inquiridos, as áreas dominantes são a área do Direito, Ciências Sociais, e Serviços (22%), a área das Ciências (17%), a área da Saúde (15%), Economia, Gestão e Contabilidade (14%) e das Tecnologias (12%). Seguem-se a área das Ciências da Educação, a área da Arquitetura, Artes plásticas e Design, a área da Educação Física, Desporto e Artes do espetáculo, e por último, a área da Agricultura e a área das Humanidades, Secretariado e Tradução.

Figura nº 13 - Área Científica



Quanto à fundação pela qual recebe ou recebeu bolsa, verifica-se na tabela seguinte que a Fundação Rotária foi a organização que maior número de bolsas atribuiu (170), seguindo-se a Fundação António Aleixo (47) e depois a Fundação Eugénio de Almeida

(6). Houve também quem indicasse outras entidades, possivelmente por receberem bolsa de estudo de mais do que um organismo.

Tabela 4 - Fundação pela qual recebe ou recebeu bolsa de estudo

Nome da Fundação	Número
Rotária	170
António Aleixo	47
Eugénio de Almeida	6
Calouste Gulbenkian	1
Outros*	6 *

* Foram indicadas outras entidades, mas algumas delas não são fundações

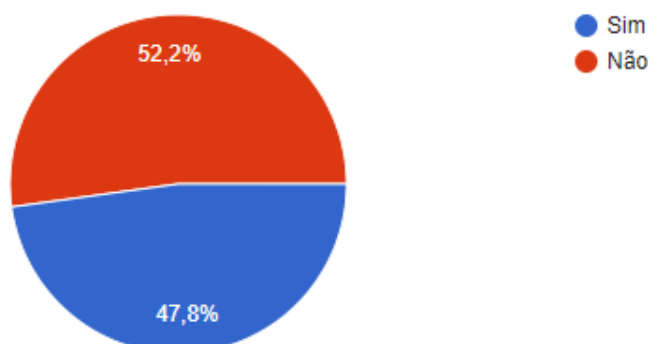
Como podemos verificar na tabela seguinte, 2017 foi o último ano em que a grande maioria dos estudantes recebeu bolsa de estudo. Para o presente estudo, foi pedido às Instituições que nos disponibilizassem os dados dos estudantes que receberam bolsa de estudo nos últimos 5 anos, mas percebemos que o questionário foi enviado a outros estudantes que foram bolseiros em anos anteriores, o que em nada prejudica este trabalho, atendendo aos objetivos que se pretendem atingir.

Tabela 5 - Último ano em que recebeu bolsa

Ano	Número
2017	71
2016	30
2015	23
2014	14
2013	15
2012	9
2011	12
2010	4
Anterior a 2010	17
Não sabe / Não responde	35

Através do gráfico seguinte, podemos verificar que mais de metade dos estudantes inquiridos (52.5%) já não eram bolseiros à data de aplicação do inquérito.

Figura nº 14 – Informação sobre se à data de aplicação do inquérito eram ou não bolseiros



Quanto à forma como tiveram conhecimento da existência das bolsas de estudo atribuídas pela Fundação, a esmagadora maioria soube através de amigos ou familiares. O número de inquiridos que refere a sua instituição de ensino, o site da fundação ou a comunicação social como fontes de informação é residual, não chegando aos 8%.

Dos estudantes inquiridos, houve também um número significativo que apresentou outras opções que não estavam contempladas no inquérito.

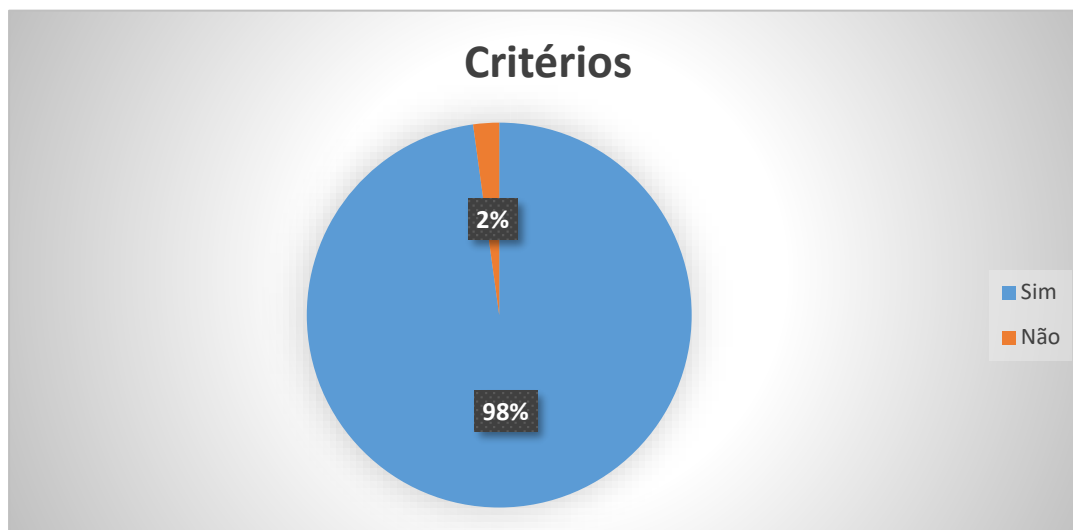
Tabela 6 - Forma como tiveram conhecimento da existência das bolsas de estudo pela Fundação

Forma	Percentagem (%)
Amigos	34
Familiares	28
Escola Secundária	14
Amigos e familiares	6
Contacto por parte da Fundação	5
Instituição de Ensino Superior	3
Página Eletrónica	3
Câmara Municipal	1
Comunicação Social	1
Outras opções*	3

* Amigos, familiares e página eletrónica (1); Amigos e página eletrónica (2); associação religiosa (1); Emprego da mãe (1); familiares e página eletrónica (1); Lar onde reside (1); Telefonema de Ilda Brás (1)

Quando indagados sobre se consideram que os critérios definidos pela Fundação para a atribuição de bolsa de estudo são corretos, 98% dos bolseiros respondeu que sim e 2% respondeu que não.

Figura nº 15 – Opinião sobre os critérios definidos pela fundação para atribuição da bolsa de estudo



No ponto seguinte, era solicitado aos que responderam que não concordavam, que explicassem porquê. As respostas vão desde quem ache que «as Fundações devem procurar quem precisa e não os alunos», a quem tenha referido que «muitas pessoas que precisam deste apoio financeiro não o conseguem, e muitas outras que o conseguem, conseguem-no por esconder diversos bens que têm». Houve também quem questionasse os critérios de seleção, como o rendimento do agregado familiar e o nível de aproveitamento e sucesso escolar

Depois de se fazer a caracterização dos inquiridos e de tentar saber como é que concorreram às bolsas, procurou-se fazer uma caracterização financeira dos rendimentos e despesas dos bolseiros.

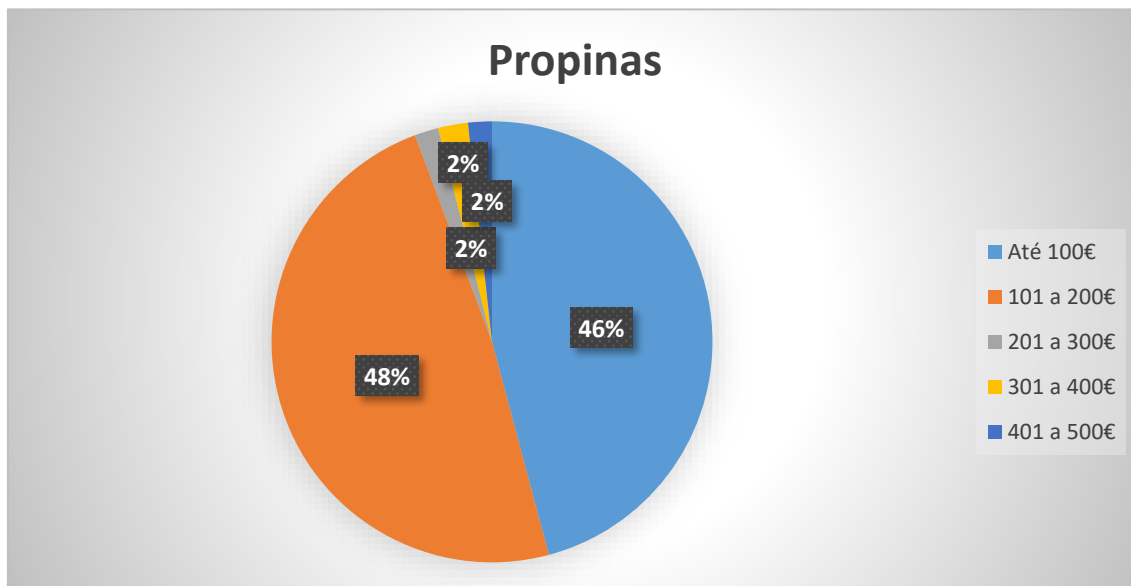
Começando pelas despesas mensais relativas ao curso que frequentam, constatamos que 56% dos estudantes não responderam a esta questão. Dos restantes, 10% indicou um gasto situado entre 201 e 300€, e outros 10% entre os 401 e 500€. O terceiro grupo mais numeroso (7%) é o dos que gasta 300 a 400 euros mensais, seguido pelos que dizem gastar entre 100 e 200 euros (6%).

Tabela 7 - Estimativa das despesas mensais com a frequência do Ensino Superior

Estimativa	Percentagem (%)
Até 100€	0
101 – 200	6,0
201 – 300	10,0
301 – 400	7,0
401 – 500	10,0
501 – 600	6,0
+ de 600€	5,0
Não sabe / Não responde	56,0

Seguidamente foi solicitada a discriminação do tipo de despesas efetuadas. Começando pelo valor das propinas, cerca de metade diz que gasta até 100 euros mensais e outra metade entre 100 e 200 euros. São muito poucos, os que dizem gastar mais de 200 euros por mês nesta rubrica.

Figura nº 16 – Despesas de propinas



Interpelados sobre os gastos mensais em alojamento, quase metade dos bolseiros indicou uma despesa até 100€, havendo um segundo grupo (29%) a dizer que pagava entre os 101 e 200€.

Tabela 8 - Despesas de Alojamento

Valor	Percentagem (%)
Até 100€	48,0
101 - 200€	29,0
201 - 300€	12,0
301 - 400€	0
401- 500€	1,0
+ de 500€	2,0
Vive em Casa do Agregado	5,0
Vive em Casa de Familiares	1,0
Outros*	2,0

*Gratuito (1); não aplicável (2); não sei (1) sem valor (1)

Quanto ao valor gasto na alimentação, constatamos que grande parte das respostas indicava que as despesas nesta área iam até aos 100€ por mês, havendo também um número considerável que apontava para um valor entre 101 e 200€.

Tabela 9- Despesas de Alimentação

Valor	Percentagem (%)
Até 100€	67,0
101 - 200€	31,0
250€	2,0

No que diz respeito às despesas com transportes, apuramos que dos estudantes inquiridos a grande maioria responde gastar mensalmente até 100€, havendo também um pequeno grupo que responde ter gastos entre os 101 e os 200€.

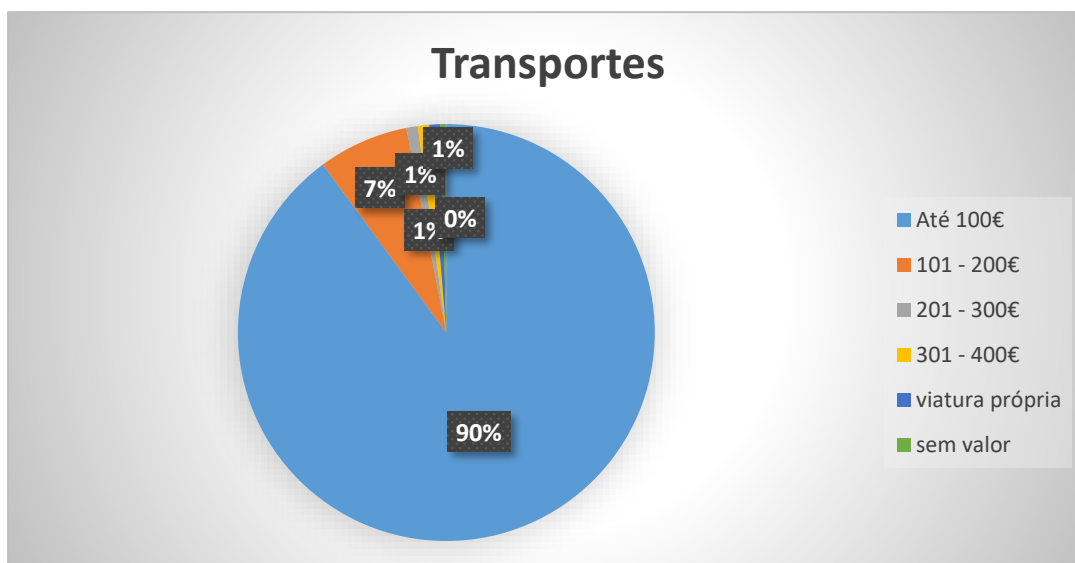


Figura nº 17 – Despesas com transportes

Questionou-se também sobre as despesas com livros e material escolar, referindo praticamente a totalidade dos estudantes que este tipo de despesas tinha um valor até 100€ mensais, havendo ainda 3% a dizer que estas despesas se situavam entre os 151 e os 200€.

Figura nº 18 – Despesas com livros e material escolar



Por último, foi pedido aos bolsеiros que fizessem referência a outras despesas com a frequência no Ensino Superior, havendo 74% de respostas em branco e 26% que indicaram um valor até aos 100€.

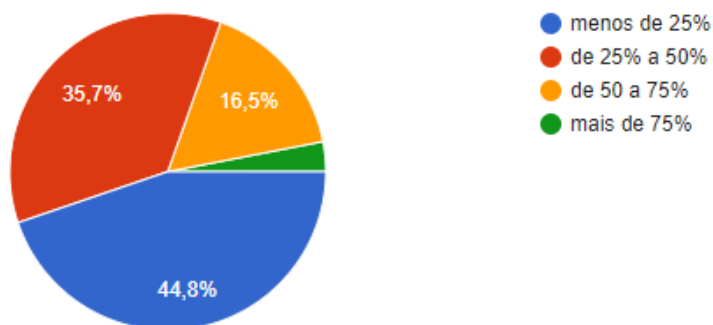
Tabela 10 - Outras despesas mensais

Valor	Percentagem (%)
Até 100€	26,0
Não sabe / Não responde	74,0

Quando questionados sobre qual o peso da bolsa atribuída pela Fundação no orçamento total das suas despesas com os estudos, quase metade dos bolsеiros refere que esse apoio corresponde a menos de 25% do total das suas despesas. Cerca de um terço (36%) diz que a bolsa corresponde a uma percentagem entre 25 e 50%, e os restantes consideram que esse peso é superior a 50%.

Figura nº 19 – Percentagem do valor da bolsa atribuída pela Fundação no total das despesas com os estudos

230 respostas



No ponto seguinte, questionava-se como é que os bolsеiros asseguram ou asseguravam as restantes despesas, apontando a maioria para o apoio do seu agregado familiar. Muitos estudantes referiram também receberem outras bolsas, alguns asseguravam essas despesas através de rendimento próprio (trabalho ou outros) e um pequeno número, através de empréstimos.

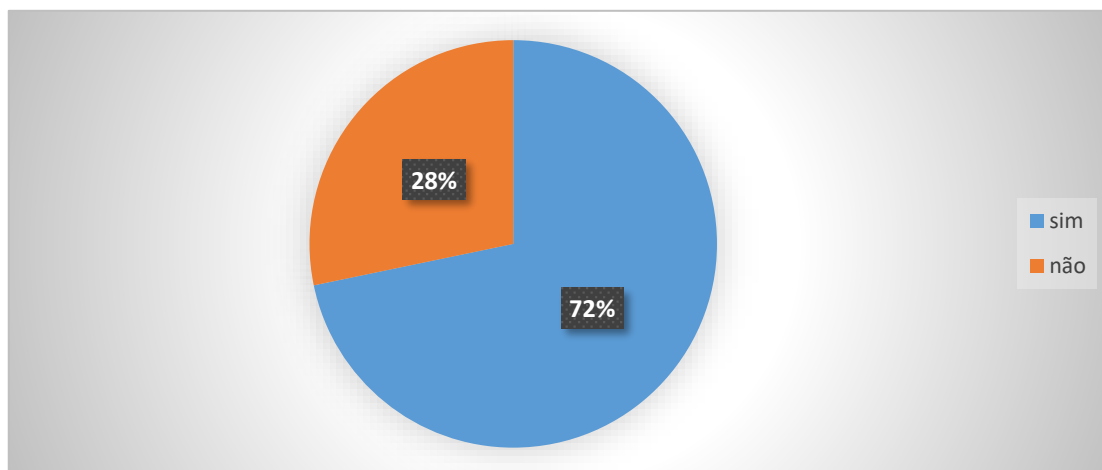
Tabela 11 – Forma como asseguram / asseguravam as restantes despesas

	Percentagem (%)
Apoio do agregado familiar	25,0
Rendimento próprio (Trabalho ou outros)	3,0
Outras bolsas	21,0
Empréstimos	1,0
Outra opção*	49,0

Apoio do agregado familiar e emprego (14); Apoio do agregado e empréstimos (2); Apoio do agregado e outras bolsas (64); Apoio do agregado, outras bolsas e empréstimos (3); Apoio do agregado, rendimentos próprios, outras bolsas (13); outras bolsas, empréstimos (2); Poupanças (2); Rendimento próprio, empréstimos (1); Rendimento próprio, outras bolsas (9); Rendimento próprio, outras bolsas, empréstimos (1); Apoio do agregado, rendimento próprio, empréstimos (2)

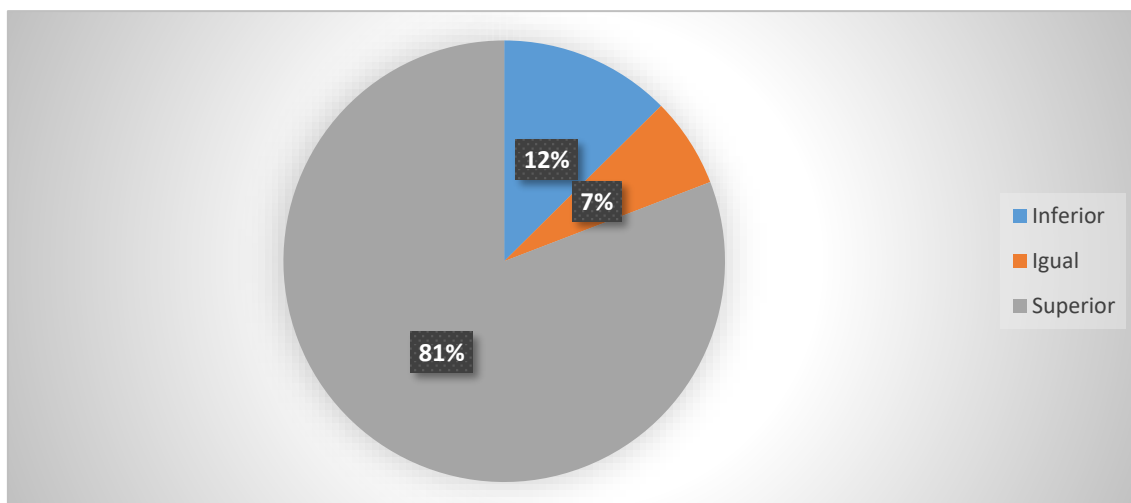
Quanto à questão sobre se beneficiam ou beneficiaram de outra bolsa de ação social, constatamos que essa é uma realidade para quase três quartos dos inquiridos.

Figura nº 20 – Beneficia ou beneficiou de outras bolsas



Na questão seguinte, para os que responderam afirmativamente, foi-lhes perguntado se comparativamente com a bolsa da Fundação, essa outra bolsa é (ou era) de valor inferior, igual ou superior. A esmagadora maioria (81%) indicou que a outra bolsa era superior à disponibilizada pela Fundação.

Figura nº 21 – Comparação entre o valor da bolsa atribuída pela Fundação e a outra bolsa



Questionou-se de seguida os inquiridos sobre qual a outra entidade por onde receberam bolsa, tendo a grande maioria respondido que foi pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES). De entre os poucos que referiram outra instituição, encontramos um pequeno grupo que menciona o apoio de uma autarquia.

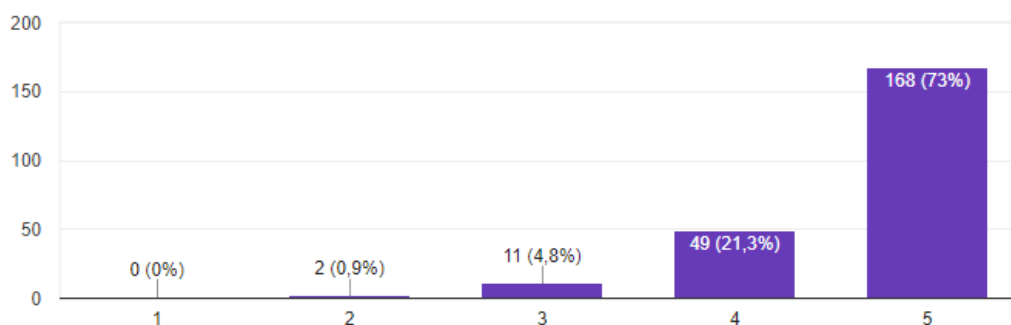
Tabela 12 - Outra entidade por onde recebeu bolsa

Entidade	Percentagem (%)
DGES	61,0
Autarquias	3,0
Não sabe / Não responde	36,0

Tentando avaliar a perceção subjetiva dos bolseiros sobre a importância do apoio dado pela Fundação, numa escala de 1 a 5 (em que 1 significava «nada importante» e o 5 «muito importante»), constatámos que 73% dos inquiridos consideraram «muito importante» a atribuição do apoio que receberam da Fundação. Houve 21% que consideraram «importante» (posição 4 da escala) e apenas 6% não atribuíram grande importância a este apoio.

Figura nº 22- Importância do apoio atribuído pela Fundação

230 respostas

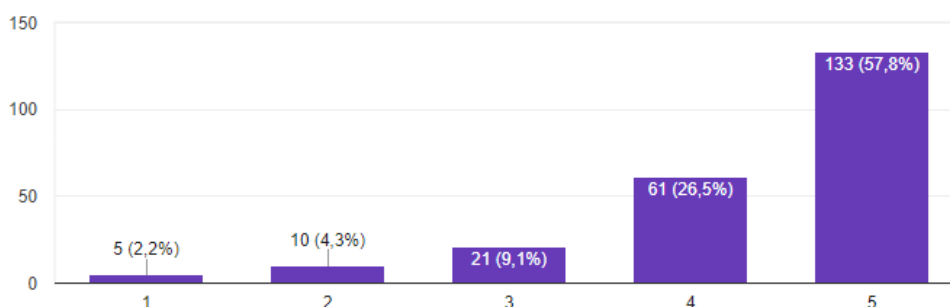


1 = nada importante 2 = pouco importante 3= relativamente importante 4= importante 5= muito importante

Para confirmar esta informação, relacionando-a com o nível de motivação que a bolsa providencia, questionámos os inquiridos sobre se se sentem ou sentiam mais motivados a estudar por receber o apoio da Fundação. Como seria de esperar (dada a avaliação muito positiva feita anteriormente), 86% dos inquiridos afirmou sentir-se «mais» ou «muito mais» motivado para estudar, por receber este apoio. Apenas 7% não referiu diferenças no seu nível de motivação.

Figura nº 23 – Nível de motivação que a bolsa providencia

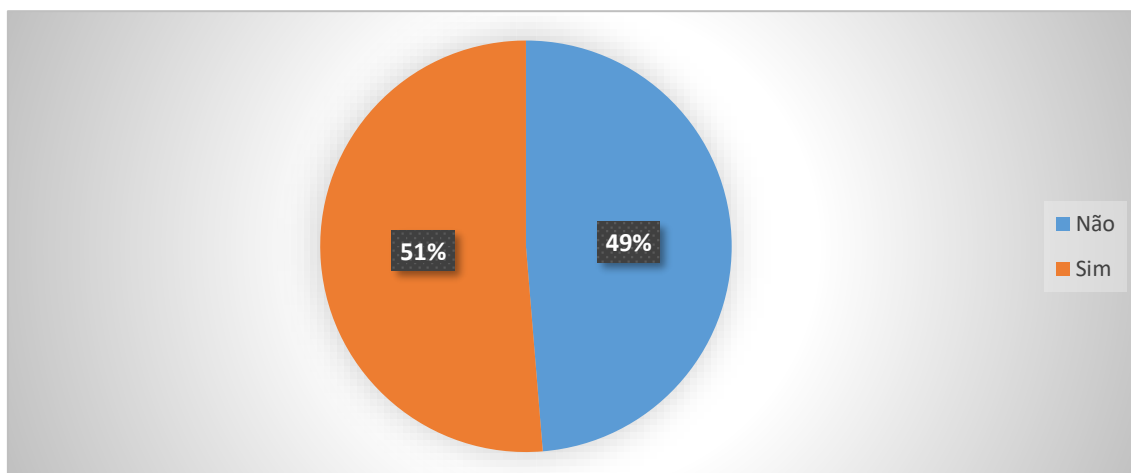
230 respostas



1 = discordo totalmente 2 = discordo em parte 3 = não concordo nem discordo 4= concordo em parte 5= concordo totalmente

Quando inquiridos sobre se não recebessem esta bolsa da Fundação, tinham possibilidade de se manter a estudar, o resultado foi bastante equilibrado, pois 51% responderam que sim e 49% responderam que não.

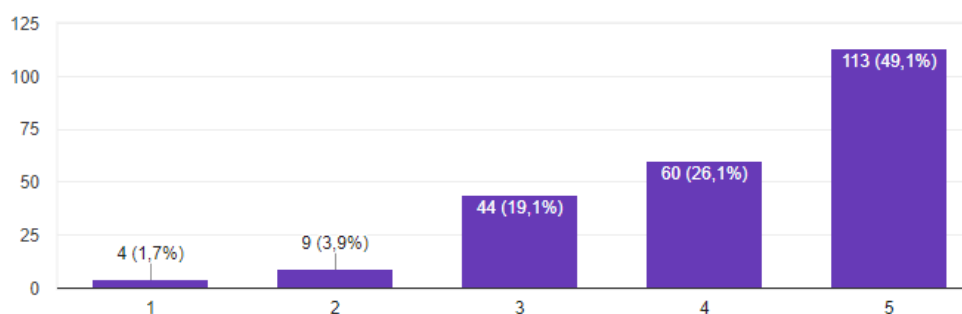
Figura nº 24 – Possibilidade de se manter a estudar sem a bolsa atribuída pela Fundação



No que concerne ao facto de a bolsa ser determinante para a prossecução / conclusão dos estudos, encontramos novamente uma grande parte dos inquiridos (75%) a concordar com essa ideia, e uma pequena minoria a discordar da mesma.

Figura nº 25- Bolsa atribuída pela Fundação determinante para a prossecução/conclusão dos estudos?

230 respostas



1 = discordo totalmente 2 = discordo em parte 3= não concordo nem discordo 4= concordo em parte 5= concordo totalmente

Foi também pedido aos inquiridos que manifestassem a sua opinião sobre que outras formas de apoio poderiam ser concedidas pela Fundação. Não sendo uma pergunta de resposta obrigatória, registamos algumas sugestões dadas pelos inquiridos:

“Subsídios de transporte e de alimentação”

“Um acompanhamento mais direto com os bolseiros”

“Apoio na procura de emprego / 1º emprego / estágio profissional”

“Apoio psicológico ou aos novos investigadores / bolseiros ao nível dos procedimentos / exigências que a frequência de um curso requer”

“Acordos com CP, rodoviárias, cantinas sociais para estudantes, reprografia, livrarias”

“Aumentar o número de bolsas para poder ajudar mais estudantes”

“Apoio direto na alimentação”

No final do inquérito, embora não fosse uma questão com resposta obrigatória, foi pedido aos estudantes que apresentassem os seus comentários e sugestões. Verificamos que praticamente todos os comentários manifestam agradecimento pelo apoio prestado, havendo alguns que fazem mesmo referência ao facto de estes apoios serem fundamentais para a frequência de um curso superior. Dois comentários apelam para que o valor da bolsa seja revisto, uma vez que é insuficiente para fazer face a todas as despesas. Apurou-se ainda um comentário que demonstra descontentamento devido à irregularidade no pagamento da bolsa.

Relativamente a sugestões, apuramos apenas duas, sendo uma delas a possibilidade de estenderem a bolsa ao ciclo de mestrado e outra relativa a uma maior coordenação nos pagamentos da bolsa de estudo.

5.2.1. – Discussão dos resultados apurados nos inquéritos realizados aos estudantes

Analisando as respostas dadas pelos estudantes que responderam ao inquérito, tendo em conta os objetivos definidos e as hipóteses propostas, entendeu-se neste ponto discutir os principais dados que pareceram relevantes para este estudo.

Na amostra que foi possível obter, os inquiridos são maioritariamente do sexo feminino. Comparando com o estudo realizado por Cerdeira (2008) na amostra definida para o mesmo, as mulheres também são maioritárias, tal como no universo dos estudantes do ensino superior em Portugal. Segundo esta autora, é cada vez mais visível a crescente feminização e a melhor prestação académica das mulheres, sobretudo no concurso de acesso ao ensino superior.

A tendência para a feminização do corpo estudantil é uma realidade nos últimos anos: em 2015 as mulheres representam 53,6% dos inscritos no ensino superior, estando em maioria em todas as áreas de formação exceto nas Ciências, Matemática e Informática e nas Engenharias (Pordata, última atualização 2015-11-09).

Relativamente à idade dos inquiridos, a classe etária com maior peso situa-se entre os 18 e os 25 anos, que se entende também como a idade mais comum de frequência no Ensino Superior, ou seja, o ensino superior é mais frequentado pelos estudantes que nele ingressam após terminarem o ensino secundário.

Analisando o concelho de residência, percebe-se que o concelho de Faro é o mais representado, o que se explica também pelo facto de uma das Fundações que estudámos (a Fundação António Aleixo), apoiar apenas estudantes residentes no concelho de Loulé.

Ao nível das Instituições de Ensino Superior frequentadas pelos inquiridos, constata-se que todo o território Português está representado, tanto ao nível do Continente, como das Regiões Autónomas, embora seja nas grandes cidades, e nas três principais universidades - Universidade de Lisboa, Universidade do Porto, e Universidade de Coimbra, seguidas pela Universidade do Algarve, que encontramos um maior número de inquiridos. Pode-se, ainda, constatar que a percentagem de estudantes que frequentam o ensino superior politécnico (10%) e o ensino superior privado (menos de 1%) é bastante reduzida.

No que concerne à distribuição dos inquiridos por área científica, verifica-se que existem estudantes a frequentar todas as áreas, embora as dominantes sejam a área do Direito, ciências sociais e serviços, seguida da área das Ciências, a área da Saúde, da Economia, Gestão e Contabilidade e das Tecnologias. Estes dados vão ao encontro das conclusões do estudo efetuado por Cerdeira (2008: 354), em que “as áreas dominantes são as das ciências sociais e direito, engenharia e a gestão e ciências computacionais”. Relativamente às Fundações envolvidas no presente trabalho, observa-se que a Fundação Rotária é a mais representada, seguindo-se a Fundação António Aleixo e, por fim, a Fundação Eugénio de Almeida. Estes resultados podem ser explicados pela dimensão destas organizações e também pela área geográfica que abrangem. Enquanto a Fundação Rotária tem uma abrangência a nível nacional e das Ilhas, a Fundação António Aleixo, tal como já foi referido, tem uma abrangência local. A Fundação Eugénio de Almeida, conforme reportado por um dos responsáveis, ultimamente tem apoiado poucos estudantes e alguns deles são oriundos dos PALOPs e, como tal, não houve possibilidade de lhes ser enviado o link do questionário, para responder dentro do prazo definido.

Grande parte dos inquiridos ainda recebia bolsa no momento em que a recolha dos inquéritos foi feita (junho de 2017), a forma mais referida de tomar conhecimento da existência destas bolsas de estudo foi através de amigos e familiares e constatou-se uma grande concordância com os critérios de seleção.

No que respeita às despesas mensais com a frequência do curso superior, refletindo sobre o valor de todas as despesas mensais que foram referenciadas, e fazendo um cálculo de acordo com os valores sobre que houve maior incidência, constatamos que a grande maioria dos estudantes gasta mensalmente, com a frequência do ensino superior, cerca de 500€ por mês. As despesas de educação rondam os 100 a 200€ por mês e as despesas de vida, cerca de 400€. Obviamente que estes valores podem sofrer oscilações consoante se trate de estudante deslocado, ou não, se tem despesas com transportes ou despesas com alojamento, ou até as duas situações, se o curso exige a aquisição de mais material, entre outras possibilidades que podem influenciar o valor das despesas.

Tal como no estudo de Cerdeira (2008), também neste estudo podemos concluir que o valor dos custos que os estudantes têm de assumir para poderem frequentar o ensino superior depende de forma inequívoca da conjugação de três variáveis fundamentais: o tipo de ensino frequentado, a região onde a instituição de ensino superior se localiza e a situação do estudante face ao alojamento.

Aquele estudo, efetuado em 2005, calculou uma despesa média de 6127 euros (anual), tendo as despesas de educação (propinas, taxa de matrícula, livros e outras despesas) um valor de 1841€ e as despesas de vida dos estudantes (alojamento, alimentação, transportes, telefone e outras despesas pessoais) um total de 4286€.

Estes valores não variam muito em relação aos resultados apurados na presente investigação, embora tivessem passado mais de 10 anos desde o referido estudo. Estudos mais recentes, já referenciados no enquadramento teórico, apontam para o facto de não haver grande alteração nos custos com a frequência do ensino superior, na última década.

Para fazer face às despesas enumeradas, para além da bolsa paga pela Fundação, interessa salientar que grande percentagem dos estudantes inquiridos recebe bolsa de estudo paga pelo Estado, ou seja, pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES) e, na maioria dos casos, de valor superior ao da bolsa paga pela Fundação.

Olhando para o valor da bolsa média anual paga pela DGES no ano letivo 2016/17, que foi de 1827€ anuais, ou seja, 182,70€ por mês, verificamos que este valor não é

suficiente para fazer face a todas as despesas com o curso. Não fosse este apoio atribuído pelas Fundações, juntamente com outras formas de apoio, seria impossível à maioria dos estudantes manterem-se a estudar.

Face ao exposto, relembramos as hipóteses apresentadas, às quais pretendíamos dar resposta com a realização do inquérito – a primeira sugeria que **a percentagem de abandono dos estudos é superior nos estudantes com dificuldades económicas, que não são abrangidos pelas medidas de apoio**. Considerando que, no enquadramento teórico deste trabalho, se constatou que dois dos motivos para o abandono no ensino superior são a falta de recursos económicos, e a motivação, as respostas à questão sobre o nível de motivação providenciado pelo apoio da bolsa de estudo são esclarecedoras. A grande maioria (84%) dos inquiridos consideram-se mais motivados, por receberem este apoio da Fundação.

Esta hipótese é também confirmada através das respostas à questão sobre a importância dada ao apoio disponibilizado pela Fundação e até pela que se referia à possibilidade de se manterem a estudar, caso não recebessem este apoio.

Vários autores defendem que o abandono ocorre por falta de integração social e empenho nos estudos. Esta integração social reporta-se principalmente ao bem-estar pessoal e ao estabelecimento de novas relações, dimensões da satisfação consigo e com os outros.

Num estudo realizado por Napoli e Wortman (1998), a partir da teoria desenvolvida em 1975 por Tinto, constatou-se que a integração do estudante no meio académico está diretamente ligada a vários fatores psicossociais, nomeadamente a sua base social, responsabilidade pessoal, bem-estar psicológico, amizades e auto-estima, satisfação académica e competência social; como também, às características inerentes ao próprio estudante, como o seu interesse e responsabilidade face ao novo desafio, a sua situação socioeconómica e a sua relação e compromisso face à instituição académica. Desta forma, infere-se que os estudantes que estejam bem integrados em termos académicos são aqueles que são mais interessados, que apresentam uma maior auto-estima e que estão mais satisfeitos com os seus resultados.

Considerando que o apoio dado pela Fundação contribui para a melhoria da situação económica dos estudantes, que por sua vez influencia o seu bem-estar pessoal e a sua auto-estima, fazendo com que se sintam mais integrados no meio académico e possam partilhar com os seus pares experiências que de outra forma não conseguiriam, então conclui-se que se não existisse este apoio, certamente a percentagem de abandono dos estudos seria superior.

Relativamente à segunda hipótese – **As medidas de apoio disponibilizadas pelas OES contribuem para que os estudantes prossigam / terminem os estudos** – olhando de novo para as respostas dadas às últimas questões do inquérito, percebe-se que, de facto, estas medidas de apoio contribuem para que estes estudantes se mantenham a estudar e conseqüentemente terminem os estudos.

Isso é visível, por um lado, na questão sobre a importância do apoio dado pela Fundação, em que a esmagadora maioria responde que o consideram muito importante; por outro, na questão sobre se se sentiam mais motivados a estudar por receber este apoio, em que também a maioria respondeu positivamente, deixando claro que concordavam com o facto de se sentirem mais motivados a estudar por receber este apoio. A mesma conclusão pode ser retirada da questão seguinte, onde metade dos inquiridos afirmou que não tinham possibilidade de se manter a estudar sem este apoio e da questão sobre se esta bolsa era determinante para a prossecução / conclusão dos estudos, em que a maioria (75%) dos inquiridos deu uma resposta positiva.

Face ao exposto, e tendo por base o enquadramento teórico deste trabalho, entende-se que foi possível verificar as duas hipóteses apresentadas anteriormente. Segundo Luísa Cerdeira (2008), apesar do grande crescimento que aconteceu no ensino superior, os estudantes são ainda hoje em maior número oriundos de estratos favorecidos. Desde a década de 2000 que esta investigadora estuda estes valores, concluindo que ter um filho no ensino superior continua a absorver um valor muitíssimo alto dos rendimentos das famílias, estando Portugal mais próximo até de países em que custa muito estudar no ensino superior, como os Estados Unidos e o Japão.

Considerando que as famílias portuguesas, mesmo as de classe média, têm dificuldades em suportar os custos de um filho no ensino superior, e que algumas, nem com apoios do Estado conseguem fazer face às despesas, entende-se que todos os apoios de que possam beneficiar para fazer face a estas despesas são fundamentais. As bolsas pagas pelas Fundações contribuem para que estas famílias possam ter os seus filhos a estudar, e conseqüentemente possam terminar os seus estudos, contribuindo também para que o abandono escolar não seja superior aos valores já tão elevados que se verificam no nosso país e contribui também para o seu sucesso académico.

De acordo com dados do portal Infocursos, no ano letivo de 2015/16 registou-se uma taxa de abandono de 9,8% nas licenciaturas e de 2,3% nos mestrados integrados do ensino superior público, números que comparam favoravelmente com os 10,3% e 5% do ano letivo anterior.

Já em relação ao ensino superior privado, a tendência foi inversa, com níveis de abandono de 13,5% nas licenciaturas e de 12,4% nos mestrados integrados quando, um ano antes, esses valores tinham ficado nos 12,6% e 5,5%.

6 - CONCLUSÕES

6.1- Principais conclusões

A presente investigação desenvolveu-se no sentido de responder à questão: qual o impacto das medidas de apoio atribuídas pelas OES, aos estudantes do ensino superior, na decisão de prosseguir ou abandonar os seus estudos?

Partiu-se de quatro pressupostos básicos:

- a percentagem de abandono nos estudos é superior nos estudantes com dificuldades económicas, que não são abrangidos pelas medidas de apoio;
- as medidas de apoio disponibilizadas pelas OES contribuem para que os estudantes prossigam / terminem os estudos;
- a perceção que as OES têm da importância que este apoio tem para os estudantes influencia na definição do tipo de medidas;
- o orçamento das OES é definido tendo em conta as necessidades dos estudantes, nomeadamente em relação ao número de candidatos e montantes a atribuir.

Para tal, e tendo em consideração a natureza académica deste trabalho, foram realizadas entrevistas a três elementos responsáveis pela atribuição dos apoios nas fundações, e aplicados inquéritos a 230 estudantes que beneficiaram destes apoios.

A metodologia adotada permitiu conciliar uma abordagem quantitativa com a abordagem qualitativa, no tratamento dos dados. Através da análise e discussão dos resultados obtidos foi possível chegar a um conjunto de conclusões, que apresentamos seguidamente.

Em primeiro lugar, com este trabalho, foi possível confirmar que as despesas com a frequência de um curso superior são um grande encargo para muitas famílias. Os custos referentes a propinas, material escolar, alojamento, transportes, entre outros, são muito elevadas para grande parte dos orçamentos familiares.

A crise económica que assolou o nosso país nos últimos anos contribuiu para que muitos jovens deixassem de frequentar o ensino superior ou mesmo nem chegassem a ingressar por motivos económicos.

Os apoios do Estado têm-se mostrado insuficientes para, juntamente com o apoio familiar, ou até rendimentos próprios dos estudantes, fazer face a estas despesas.

Nesta pesquisa, apuramos que a maioria dos estudantes inquiridos tem uma despesa mensal na ordem dos 500€ com os seus estudos. Estes valores podem sofrer variações, consoante se trate de um estudante deslocado ou não, se tem despesas de transporte

ou de alojamento, entre outras possibilidades que podem influenciar o valor das despesas.

Olhando para a bolsa média paga pelo Estado (DGES), cujo valor foi de 182,70€ por mês, no ano letivo 2016/17, verificamos que o mesmo não é suficiente para fazer face a todas as despesas dos estudantes com o curso.

No presente estudo, verificou-se que são muitas vezes as organizações de economia social e, em particular, as fundações, que permitem reduzir este desajustamento entre a comparticipação do Estado e/ou das famílias e as despesas dos estudantes com a frequência do ensino superior, reduzindo as situações de carência económica, e permitindo a continuação dos estudos.

Os apoios concedidos pelas organizações que fizeram parte do nosso estudo são referentes a bolsas de estudo, bolsas de investigação e prémios escolares e têm como objetivo principal apoiar na prossecução dos estudos, melhorando a formação dos cidadãos, premiando a excelência e estimulando a investigação.

Podemos ainda concluir que estas Fundações têm a perceção da importância que estes apoios têm para os estudantes e se apercebem da incapacidade das famílias para suportarem as despesas com a frequência no ensino superior. Exatamente por este motivo, o orçamento é definido em função das prioridades, e dar resposta às necessidades dos estudantes é uma prioridade.

Neste contexto, conclui-se também que este tipo de necessidades influencia na definição do tipo de medidas de apoio atribuídas por estas organizações.

A componente teórica deste trabalho permitiu constatar que um dos motivos para o abandono no ensino superior é a falta de recursos económicos, bem como a motivação. Considerando que o apoio dado pelas Fundações contribui para a melhoria da situação económica dos estudantes, que por sua vez influencia o seu bem-estar pessoal e a sua auto-estima, pode-se concluir que estes dois fatores fazem com que o estudante se sinta mais integrado no meio académico. Sem este apoio, certamente a percentagem de abandono dos estudos seria superior.

Se pensarmos que as famílias portuguesas, mesmo as de classe média, têm dificuldades em suportar os custos de um filho no ensino superior, e que algumas, nem com apoios do Estado conseguem fazer face às despesas, entende-se que todos os apoios de que possam beneficiar para fazer face a estas despesas são fundamentais. Não fosse a bolsa paga pelas Fundações incluídas na amostra do presente estudo, grande percentagem dos estudantes inquiridos não teria possibilidade de manter-se a estudar, pelo que se pode concluir que este tipo de apoio se revela determinante na prossecução dos estudos.

6.2 – Limitações do estudo e sugestões para investigação futura

Como primeira limitação do presente estudo, pode indicar-se a dimensão e o tipo de amostra obtida. O número reduzido de instituições abrangidas e o facto de serem todas fundações não permite generalizar os resultados para toda a população de organizações de economia social.

Outra limitação deste trabalho foi a dificuldade de contactar diretamente com os responsáveis das fundações, o que se justifica pela dispersão e distância geográfica das mesmas. A opção pelo envio do guião de entrevista por email, solicitando a sua devolução pelo mesmo meio pode ter limitado o alcance das respostas, comprometendo a sua qualidade e profundidade.

Por outro lado, foi limitativo o facto de as instituições (à exceção da Fundação António Aleixo) não disponibilizarem o contacto dos estudantes apoiados. Dessa forma, ficámos dependentes do envio do inquérito aos estudantes pelas próprias fundações, o que pode ter limitado as respostas e o controlo da sua recolha.

Em estudos futuros, poderá aumentar-se a amostra, ou seja, alargar-se a mais organizações de economia social. Pode também diversificar-se o tipo de instituições e, conseqüentemente, alargar o número de estudantes que beneficiaram deste tipo de medidas.

Outro aspeto a ter em conta em estudos futuros é procurar uma maior proximidade com as instituições, mais especificamente com os seus responsáveis, para permitir um maior aprofundamento e interpretação dos resultados.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, R., David, F. Augusto, L. (2013). *Avaliação das fundações em Portugal: passado, presente e futuro*: Ata de conferência internacional (ESTG). Instituto Politécnico da Guarda. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Disponível em: <http://bdigital.ipg.pt/dspace/handle/10314/2482>

Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação: Guia prático e crítico*. Porto: Asa Editores.

Alarcão, I. (2000). *Para uma Conceptualização dos Fenómenos de Insucesso / sucesso Escolares no Ensino Superior*. In J. Tavares & R.A. Santiago (Org.) Ensino Superior: in (Sucesso Académico (pp. 11-23). Porto: Porto Editora.

Alarcão, I. (2001). *Professor-investigador: que sentido? Que formação?* In B. P. Campos (Org.). Formação Profissional de Professores no Ensino Superior: Cadernos de Formação de Professores (pp. 21-30). Porto: Porto Editora.

Albarello, L. (2005). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva

Almeida, L. Soares, P. Ferreira, J. (2001). *Adaptação, Rendimento e Desenvolvimento dos Estudantes no Ensino Superior: Construção do Questionário de Vivências Académicas*. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12082>

Almeida, L. Soares, P. Guisande Couñago, M. Paisana, J. (2007). *Rendimento Académico no Ensino Superior: Estudo com alunos do 1º ano*. Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educação. ISSN 1138-1663. 14:1, p. 207-220.

Almeida, L. Soares, P. Vasconcelos, R. (2002) *Contextos e Dinâmicas da vida académica*. Universidade do Minho. ISBN 972-8692-04-8. p.153-165.

Amaro, R. (2005). *Toda a economia deve ser solidária. Pessoas e lugares*, julho/agosto, 4-5. Disponível em: <http://www.idrha.pt/pl/jornalp131.pdf>

Arroteia, J. (1996). *O ensino superior em Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro

Braxton, J.M., Hirschy, A.S., McClendon, S.A. (2004), Understanding and reducing college student departure. ASHE Higher Education Report, 30 (3). San Francisco: Jossey-Bass

Cabrito, B. (2002). *O Financiamento do Ensino Superior*. Lisboa: Educa.

Caeiro, J. (2008). *Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia* – Revista Katál, Florianópolis, V.11 n1, pp 61-72.

Calderon, A. I. (2006). *Responsabilidade social universitária: Contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil*, Estudos - Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, ano 24, nr.36, pp. 7-22.

Campos, Ana (2011). *Novos Rumos da educação no Estado Novo: Influência da abertura da economia portuguesa no pós-II Guerra Mundial no sistema de ensino português*. Encontro APHES;

Carmo, H., Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para Autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carrol, A., (1979). *A three-dimensional conceptual model of corporate performance*. *Academy of Management Review*, 4(4).

Cassidy, S., Eachus, P. (2000). *Learning style, academic belief systems, self-report student proficiency and academic achievement in higher education*. *Educational Psychology*, 20 (3), 307-322.

Castro, A., Seixas, A., Neto, A. (2010). Políticas Educativas em contextos globalizados: a expansão do ensino superior em Portugal e no Brasil. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano 44-1. 37-61.

Castro, F.A.R., Siqueira, J.R.M., Kubrusly, L.S. (2007). *A influência da responsabilidade social corporativa no comportamento do consumidor na cidade do Rio de Janeiro*. In: ENANDAP, 31. Rio de Janeiro

Cerdeira, L., Cabrito, B., Patrocínio, T., Machado, L & Brites, R. (2012). *CESTES – Custos dos estudantes do Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Cerdeira, L. (2008). *O Financiamento do Ensino Superior Português: A partilha de custos*. Coimbra: Almedina.

Chiavenato, I. Arão, S. (2004). *Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações*. N. ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Coelho, M. (2013). *A Crise Económica e a Metáfora da baleia branca: Representações Sociais e estratégias de Poupança*; tese de mestrado em Sociologia; Universidade do Minho.

Comissão das Comunidades Europeias (2001). *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas, U.E.

Comissão das Comunidades Europeias. (2002). *Uma contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável*. Bruxelas, U.E.

Comissão das Comunidades Europeias (2006) *Implementação da parceria para o crescimento e o emprego: tornar a Europa um pólo de excelência em termos de Responsabilidade Social das Empresas*. Bruxelas, U.E.

Conselho da União Europeia. (2006). *Nova Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável*. Bruxelas, U.E.

Conselho Nacional de Educação (2011). *Estado da educação 2011: a qualificação dos Portugueses*. Lisboa. Editorial do Ministério da Educação e Ciência.

Constituição da República Portuguesa (1976).

<http://www.parlamento.pt/Legislação/Paginas/ConstituiçãoRepublicaportuguesa.aspx>

De La Cuesta, M., Porrás, A., Saavedra, P., Sánchez, I.D. (2010). *El compromiso social de la UNED*, 233-272. En De la Cuesta, M., De la Cruz, C. y Rodríguez Fernández, J. M. (Coords.) *Responsabilidad Social Universitaria*. La Coruña, Netbiblo.

Decreto-Lei 30/2013. *Lei de Bases da Economia Social*. Diário da República, 1ª série – nº 88 – 8 de maio 2013

Despacho nº 8442-A/2012. *Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo*. Diário da república, 2ª série – nº 120- 22 de junho 2012

Despacho nº 8584/2017. *Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para Frequência do Ensino Superior de Estudantes com incapacidade igual ou superior a 60 %*. Diário da república, 2ª série- nº 189 - 29 de setembro 2017

Duarte, L. (2016). *A responsabilidade social das organizações – estudo de caso de entidade do setor: Clube de Campismo de Lisboa*. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Federação Académica do Porto (2015). *Bolsas de estudo no ensino superior: duas décadas depois*. Porto. Centro de Estudos da Federação Académica do Porto.

Ferreira, F. Fernandes, P. (2015). *Fatores que influenciam o abandono no ensino superior e iniciativas para a sua prevenção – o olhar de estudantes*. Revista Educação, Sociedade & Culturas, nº 45, 177-197

Fonseca, J. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.

Fortin, M. (1999) *O processo de investigação da concepção à realização*, Lusociência – Edições Técnicas e Científicas Lda

Frazão, L. (2011). *As Intenções Empreendedoras como Preditores das Intenções de Abandono Académico: Um Estudo Exploratório*; tese de doutoramento em Sociologia; Universidade de Évora.

Frias, A. (2003). *Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra: Lógicas das tradições e dinâmicas identitárias*. Revista Crítica de Ciências Sociais.

Hair, J. Ortinau D. (2003) *Marketing Research: Tool Marketing Management*. Vol. 4 pp 59-62

Hill, M. M. e A. Hill (2009). *Investigação por questionário*. Lisboa, Edições Sílabo.

Jerónimo, M. (2010). *O papel da ação social na igualdade de oportunidades de acesso e frequência de estudantes do Ensino Superior Politécnico Público Português – Tese de Doutoramento*. Badajoz: Universidade de Extremadura.

Klikserg, B. (2006). *Ética e responsabilidade social da universidade*. Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, ano 24, nr.36, pp.23-25

Knechtel, M. (2014), *Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada*. Curitiba. Intersaberes.

Kuh, G., Kinzie, J., Buckley, J. (2007). *Piecing together the student success puzzle: Research propositions, and recommendations*. ASHE Higher Education Report, 32 (5). San Francisco: Jossey-Bass

Lakatos, E.M., Marconi, M.A.. *Técnicas de pesquisa*. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

Leal, S., Ribeiro, C., Jorge, F. (2014). *Instrumento de Pesquisa das Perceções de Responsabilidade adaptado às Organizações de Economia Social*. In Baltazar, M.S., Vaz, E., & Jorge, F. (coord.), Europa Cidadã: pessoas, empresas e instituições (243-255).

Lei nº 24/2012, *Lei Quadro das Fundações*, Diário da Republica, 1ª série nº 131, 9 de julho de 2012.

Lei nº 30/2013, *Lei de Bases da Economia Social*, Diário da República, 1ª série, nº 88, 8 de maio de 2013.

Lei nº 83 – A/2013, *Lei de Bases da Segurança Social*, Diário da Republica, 1ª série, nº 252, 30 dezembro de 2013.

Lei n.º 150/2015, Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, e procede à primeira alteração à Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, Diário da Republica, 1ª série nº 177, 10 setembro de 2015.

Livro verde sobre responsabilidade social e instituições de ensino superior, (2018) Lisboa, Impress gráfica

Magalhães, António M., Ribeiro, R. (2014). *Política de responsabilidade social na universidade: conceitos e desafios*, Revista Educação, Sociedade & Culturas, 42, pp. 133-156. Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Martins, A. (2004). *Determinantes do (In) Sucesso Académico na Universidade*. Disponível em: <http://www.snesup.pt/cgi-bin/artigo.pl?id=EEZyFAyZkpKCNULreH>

Mendes, J., Caetano, A., Ferreira, J. (2016). *Sucesso e Abandono no Ensino Superior em Portugal*. Coimbra. Almedina

Moneva, J.M. & Martin, E. (2010). *Memorias de sostenibilidad en las universidades: Experiencia de implantacion en la universidad de Zaragoza*. 24 y 25 mayo 2010, II Jornadas de Responsabilidad Social de la Universidad, Universidad Jaume, organizadas promovido por el grupo SOGRES.

MONTEIRO, M. A. (2005) "A Responsabilidade Social das Empresas (RSE). Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários".

Moreno, J. A. (2004). *Responsabilidad Social Corporativa y Competitividad: Una Visión desde la Empresa*. Revista Valenciana de Economía y Hacienda, 12 (III), 9–49.

Napoli, A. R., & Wortman, P. M. (1998). Psychosocial Factors Related to Retention and Early Departure of Two-Year Community College Students. *Research in Higher Education*, 39(4), 419–455. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/40196330>

Neves, J. L. C. (1994). *O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global*. *Análise Social*, vol. XXIX (128). (4. °), 1005-1034.

Norma Portuguesa 4469-1:2008 *Sistema de gestão da responsabilidade social*. Requisitos. IPQ

Pachón, M.J.D. (2009). *Responsabilidade Social Universitaria. Humanismo y Trabajo Social*, 8:37-67. Fuente Redalyc.

Pardal, L, e Lopes, E. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Lisboa: Areal Editores

Pinto, J.M. (2002). *Factores de sucesso / insucesso” in M.C.Lopes (org.), Sucesso e Insucesso no Ensino Superior Português: Actas de um seminário realizado em 17 de janeiro de 2002*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 121-141.

Quivy, R. e van Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (2ªEd.). Lisboa: Gradiva.

Reichardt, C.S., and Cook, Thomas D., (1986). Hacia una superacion del enfrentamiento entre los metodos cualitativos y los cuantitativos, in Reichardt, Charles S. e Cook,

Thomas D., *Metodos cualitativos y cuantitativos em investigaç3o evaluativa*, Madrid, Ediciones Morata

Rosa, M. & Chitas, P. (2010). *Portugal: os n3meros*. Lisboa: Fundaç3o Francisco Manuel dos Santos.

Santos, L., Almeida, L.S. (2001). *Viv4ncias acad3micas e rendimento escolar: estudo com alunos universit3rios do 1º ano*. *An3lise Psicol3gica*, 2 (XIX), 205-217.

Silva, S. Ramalho, N. Passos, A. Caetano, A., Seixas, A. (2016). *Sucesso e Abandono no Ensino Superior em Portugal*. Coimbra. Almedina

Spicker, Paul (2014). *Social Policy: Theory and Practice*. Bristol: Bristol University Press.

Tinto, V. (1993). *Leaving College: Rethinking the causes and cures of student attrition*; 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press.

Tinto, V. “*Taking Student Success Seriously: Rethinking the First Year of College*”; Syracuse University; s.d.

Tinto, V. (2000). *Learning better together: The impact of Learning Communities on Student Success in higher Education*. *Journal of Institutional Research*, 9 (1) 48-53

Vallayes, F. et al. (2009) *Responsabilidade social universit3ria – Manual de primeros pasos*. McGraw Hill, M3xico

Vasilescu, R., Barna, C., Epure, M., Baicu, C. (2010). *Developing university social responsibility: A model for the challenges of the new civil society*. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 2, 4177-4187.

Refer4ncias Eletr3nicas

<https://www.dges.gov.pt/pt>

<http://fundacaoantonioaleixo.com/>

<https://gulbenkian.pt/>

<http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/>

<http://www.rotaryportugal.pt>

<http://infocursos.mec.pt/>

<http://orsies.forum.pt/>

<https://www.portugal.gov.pt/media/1417111/20140510%20mec%20linhas%20estrategiacas%20enssup.pdf>

<http://orsies.forum.pt/wp-content/uploads/2016/09/LivroVerde-vcompleta.pdf>

www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/02/Patrocinio-Tomas-UL-IE.

[http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2016/2s/rel023-2016-](http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2016/2s/rel023-2016-2s.shtm)

[2s.shtm](http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educacao_2011.pdf)[http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado da educacao/Estado da Educacao 2011.pdf](http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educacao_2011.pdf)

<https://www.publico.pt/2018/04/04/sociedade/noticia/ministro-pede-mais-empenho-no-combate-ao-abandono-de-alunos-no-ensino-superior-1809148>
[http://www.dgeec.mec.pt/np4/414/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=902&fileName=DGEEC_SituacaoApos4AnosLicenciaturas.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/414/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=902&fileName=DGEEC_SituacaoApos4AnosLicenciaturas.pdf)

ANEXOS

Anexo 1 - Carta do Orientador a solicitar a colaboração na investigação



Caros senhores,

O meu nome é Nuno Francisco Mendes Santos Jorge e sou o coordenador do Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social, do Instituto Politécnico de Santarém.

No âmbito dessa formação, mais concretamente da dissertação final de Mestrado, venho solicitar a vossa melhor colaboração para o trabalho que está a ser desenvolvido pela Dra. Edite Cristina Marques Lourenço Duarte.

Este trabalho, altamente promissor pelo que dele conheço, enquanto orientador científico, visa avaliar o impacto das medidas de apoio concedidas pelas organizações de Economia Social, aos estudantes do ensino superior. O estudo que a Dra. Edite Duarte se propôs realizar é pioneiro a nível nacional, e conta com toda a competência e experiência que a Dra. Edite tem demonstrado, ao longo do seu percurso académico e profissional. Conta, também, com todo o apoio da coordenação do Mestrado, para levar o trabalho a bom porto.

Estou certo de que, com a sua colaboração, esse objetivo ficará mais próximo, comprometendo-me a que a Dra. Edite envie os resultados obtidos às instituições que está a estudar, pois estou certo de que serão uma óbvia mais-valia para as mesmas.

Colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento que entenda necessário (através do mail nuno.jorge@esg.ipsantarem.pt), apresento os meus melhores cumprimentos,

Nuno Santos Jorge

Coordenador do Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social

Escola Superior de Gestão e Tecnologia

Instituto Politécnico de Santarém

Anexo 2 - Carta de apresentação a solicitar a colaboração na investigação



Exmos. Senhores:

Assunto: Pedido de autorização de recolha de dados para investigação no âmbito do Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social - Instituto Politécnico de Santarém.

Eu, Edite Duarte, aluna do 2º ano do curso de Mestrado em Gestão das Organizações de Economia Social, da Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, pretendo desenvolver dissertação, que tem como objetivo perceber, qual **o impacto das medidas de apoio atribuídas pelas Organizações de Economia Social, aos estudantes do ensino superior, na decisão de prosseguir ou abandonar os estudos.**

Sabendo que a V/ fundação apoia os estudantes do ensino superior, venho assim, apelar a V/ colaboração no sentido de disponibilizarem a informação necessária para a realização da mesma.

Para o efeito, pretendo realizar entrevista a um elemento da organização responsável pela atribuição destes apoios e aplicar questionário aos estudantes que se candidataram aos mesmos.

Importa referir que o tratamento dos dados será realizado de forma confidencial e que qualquer informação individual não será divulgada.

Os dados serão analisados de forma global. No final do estudo, comprometo-me a disponibilizar uma cópia do trabalho.

Face ao exposto, e de forma a agilizar todo o processo, anexo guião de entrevista, para no caso de aceitarem colaborar na elaboração deste estudo, que certamente contribuirá positivamente para a V/ prestigiada Organização.

Atendendo à dificuldade de me deslocar a todas as organizações, as respostas podem ser enviadas por e-mail.

Solicito ainda os dados que consigam disponibilizar, dos estudantes candidatos nos últimos 5 anos, nomeadamente, nome e endereço de correio eletrónico.

Agradeço, se possível o envio dos mesmos até final do presente mês de março.

Agradecendo desde já toda a atenção dispensada,

Com os melhores cumprimentos

Edite Duarte

Anexo 3 - Guião de entrevista



Guião de entrevista para dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações de Economia Social

Questões:

- 1 – Qual o tipo de apoios que a V/ Organização concede aos estudantes do ensino superior?
- 2- Desde quando atribuem estes apoios e com que objetivo?
- 3 – Como é que o estudante tem acesso à informação?
- 4- Quais os critérios de elegibilidade para que um estudante reúna condições para receber esses apoios?
- 5 – Qual o número de estudantes que apoiam anualmente e quais os montantes?
- 6 – Com que periodicidade são pagos estes apoios (anual, mensal ou outro)
- 7 – Como são atribuídos estes apoios em função do orçamento da organização?
- 8 – A atribuição destes apoios é pacífica ou alguma vez foi questionado pelos órgãos da instituição?
- 9 – Conseguem ter a perceção da importância que estes apoios têm para os estudantes?
- 10 - Qual o feedback que têm recebido por parte dos estudantes, no sentido de perceber se estes apoios são decisivos para se manterem a estudar?

Obrigado pela colaboração

Edite Duarte

Anexo 4 - Questionário

INQUÉRITO A ESTUDANTES E EX-ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR QUE BENEFICIARAM OU AINDA BENEFICIAM DE BOLSA DE ESTUDO ATRIBUÍDA POR FUNDAÇÕES

Caro estudante ou ex- estudante.

A sua colaboração é indispensável para o estudo que estou a realizar, no âmbito da dissertação final do Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social (Instituto Politécnico de Santarém) e que tem como objetivo, avaliar o impacto das medidas de apoio concedidas pelas Organizações de Economia Social, aos estudantes do ensino superior.

Este inquérito tem uma duração prevista de cerca de 5 minutos.

O tratamento dos dados será realizado de forma confidencial e não será divulgada qualquer informação individual, o que significa que o seu anonimato será respeitado.

Para qualquer esclarecimento adicional, poderá contactar-me por e-mail para: Edite Duarte: editeduarte13@gmail.com

*Obrigatório

1.

1.Género *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

2.

2.Idade *

3.

3. Concelho de residência do agregado familiar *

4.

4.Instituição de ensino superior que frequenta ou frequentou: (No caso de ter frequentado mais do que uma, deve referir a última) *

5.

5.Curso que frequenta ou frequentou: (No caso de ter frequentado mais do que um curso, deve referir o último) *

6.

6.Nome da Fundação pela qual recebe ou recebeu bolsa de estudo *

7.7. Presentemente é bolsheiro da Fundação? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. 7.1 Qual o último ano em que recebeu bolsa?

9. 8. Como teve conhecimento da existência das bolsas de estudo atribuídas pela Fundação? *

Marcar tudo o que for aplicável.

Amigos

Familiares

Comunicação Social

Instituição de Ensino Superior que frequenta ou frequentava

Página eletrónica da Fundação

Outra: _____

10. 9. Na sua opinião, os critérios definidos pela Fundação, para a atribuição de bolsa de estudo são corretos? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. 9.1 Se respondeu não, explique porquê

12. 10. Faça uma estimativa das suas despesas mensais com a frequência do curso, em :

13. 10.1 - Propinas *

14. 10.2 - Alojamento *

15. 10.3 - Alimentação *

16. 10.4 - Transportes *

17. 10.5 - Livros e material escolar *

18. 10.6 - Outros

19. 11. Qual das seguintes percentagens representa o valor da bolsa atribuída pela Fundação no total das suas despesas com os estudos? *

Marcar apenas uma oval.

- menos de 25%
- de 25% a 50%
- de 50 a 75%
- mais de 75%

20. 12. Como assegura ou assegurava as restantes despesas? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Apoio do agregado familiar
- Rendimento próprio (trabalho ou outros)
- Outras bolsas
- Empréstimos
- Outra: _____

21. 13. Beneficia ou beneficiou de outra bolsa da ação social? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

22. 13.1 Se respondeu sim, comparativamente com a bolsa da Fundação, essa outra bolsa é ou era de valor:

Marcar apenas uma oval.

- Inferior
- Igual
- Superior

23. 13.2 Qual a outra entidade por onde recebeu bolsa?

24. **14. Em termos gerais, qual a importância que atribui ao apoio dado pela Fundação? ***
Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

25. **15. Sente-se ou sentia-se mais motivado a estudar por receber este apoio? ***
Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

26. **16. Se não recebesse esta bolsa da Fundação, tinha possibilidade de se manter a estudar? ***
Marcar apenas uma oval.

Sim
 Não

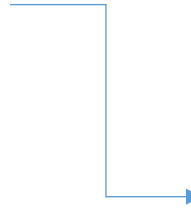
27. **17. Esta bolsa é ou foi determinante para a prossecução/conclusão dos seus estudos? ***
Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

28. **18. No seu entender, que outras formas de apoio, poderiam ser concedidos pela Fundação?**

29. **Comentários/Sugestões:**

Anexo 5 - Grelha de análise das entrevistas realizadas

	TIPO DE APOIOS	DESDE QUANDO	OBJETIVO	FORMA DE ACESSO À INFORMAÇÃO	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	NÚMERO ANUAL E MONTANTES	PERIODICIDADE	ATRIBUIÇÃO EM FUNÇÃO DO ORÇAMENTO DA ORGANIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO PACÍFICA OU QUESTIONADA	PERCEÇÃO DA IMPORTÂNCIA DOS APOIOS	FEED BACK
FUNDAÇÃO ANTÓNIO ALEIXO	- Bolsas de estudo (a) - Bolsas de Investigação (b) (concelho Loulé)	- 1996 - 2017	a) - Apoiar prosseguimento de estudos a alunos com aproveitamento escolar b) - Apoiar a elaboração de teses e/ou trabalhos de investigação de interesse para o concelho.	- Site da Fundação - Jornal local e nacional - Página do facebook - Serviços da Fundação	- Não ter idade superior a 25 anos à data da 1ª candidatura a licenciaturas, mestrados e mestrados integrados - Residente à + 5 anos no concelho Loulé - Ser natural ou filho de naturais do concelho, residindo fora à menos 3 anos - Provar carência parcial ou total de recursos económicos - Ter tido aproveitamento escolar no ano anterior	60 ESTUDANTES 900€ 1350€ 1800€	Mensal	- O apoio é da Autarquia Quando é necessário pedem reforço	Pacífica (As únicas reclamações são da parte dos estudantes quando não têm direito a bolsa).	Sim. (já apoiaram + de 1000 estudantes). Sem este apoio veriam comprometida a possibilidade de prosseguirem os estudos. Estes apoios influenciam a produtividade académica.	Chega aquando das candidaturas que revelam a incapacidade das famílias para suportar as despesas com a frequência no E.Superior
FUNDAÇÃO GULBE NKIAN	Bolsas de estudo	-1956	- Desenvolvimento e valorização de recursos humanos premiando a excelência e estimulando a investigação	- Página Internet da Fundação - Jornais - Rede de bolsiros - membros dos concelhos consultivos	-Mencionados nos respetivos regulamentos dos concursos de bolsa.	300 estudantes	Específicos de cada uma das linhas de intervenção mensal ou trimestral -ou de uma única vez	-decidido anualmente pelo conselho de administração de acordo com proposta apresentada pelo serviço tendo em conta o orçamento da F.G.	Pacífica. Apoios propostos ao C.A. que decide.	Sim 	-Bolsiros apresentam relatórios de atividades -Encontros de bolsiros -Inquéritos a antigos bolsiros (conhecer percurso académico, profissional e analisar impacto da bolsa).

FUND AÇÃO ROTÁ RIA	-Bolsas de estudo -Prémios escolares	1959	- Melhorar a formação do cidadão português e dotar o país de profissionais mais qualificados.	-Clube Rotários -Pedidos formulados `a F.R.P. -Comunicação entre bolseiros e outros estudantes.	- Residentes em Portugal - Rendimento per capita inferior ao salário mínimo - Aproveitamento escolar		dezembro e abril	Orçamento canalizado para os diversos apoios aos clubes R.P. nas áreas da alfabetização/ educação, combate à fome/pobreza , promoção da saúde e recursos hídricos e ambiente	Questionad a no sentido de definir prioridades relativamente às áreas de maior investimento	É de vital importância dada a necessidade financeira do agregado.	Cartas de agradecimento são testemunho que estes apoios são decisivos.
---------------------------------------	---	------	---	---	--	--	------------------	--	---	---	--